AS LIÇÕES DO CONFLITO COM O CANADÁ

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 21 ■ Nº 2 ■ FEVEREIRO DE 2001 ■ R$ 6,00

O PESO DA *solidariedade*

O cooperativismo brasileiro moderniza seus procedimentos sem perder de vista seus valores e princípios

9 770100 429018

FGV
IBRE



Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

ABRE ASPAS: CARLOS VIACAVA

Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB) prepara uma campanha pouco comum no Brasil. Trata-se de valorizar e difundir o consumo de carne bovina da raça nelore, o que significa nada menos que mais da metade do rebanho brasileiro. É tarefa das mais difíceis, reconhece o presidente da ACNB, Carlos Viacava. "Temos a nosso favor uma raça excepcional, que é a nelore. Temos uma pecuária enorme, com quase 100 milhões de animais da raça. O desafio é grande mas temos condições de enfrentá-lo."

A campanha será dirigida ao consumidor urbano, mas pretende contemplar também toda a cadeia produtiva da carne, do produtor até a dona-de-casa. O criador será objeto de atenção especial. A campanha procurará conscientizá-lo da importância da tipificação de carcaças, dos cuidados básicos, como vacinação e uso de suplementos de origem mineral e vegetal, evitando sob qualquer hipótese riscos com relação à doença da vaca louca.

Viacava concedeu esta entrevista a AGROANALYSIS *no auge da crise entre Brasil e Canadá, provocada pelo embargo às exportações brasileiras de carne. O episódio afeta a imagem do Brasil no comércio. Os danos só não são maiores porque, segundo ele, ficou evidente que o embargo canadense não se justifica tecnicamente: "é uma clara retaliação à questão das aeronaves", justifica, referindo-se à questão da concorrência entre a Embraer e a Bombardier. A luta no mercado internacional é duríssima e a conquista de pequenas fatias de mercado exige empenho e seriedade, virtudes que não faltam aos criadores brasileiros de gado nelore.*

Carne com 'pedigree'

Criadores querem fazer da carne de nelore padrão de mercado

Quais são as linhas gerais do plano de marketing da Associação para a valorização da carne de nelore?

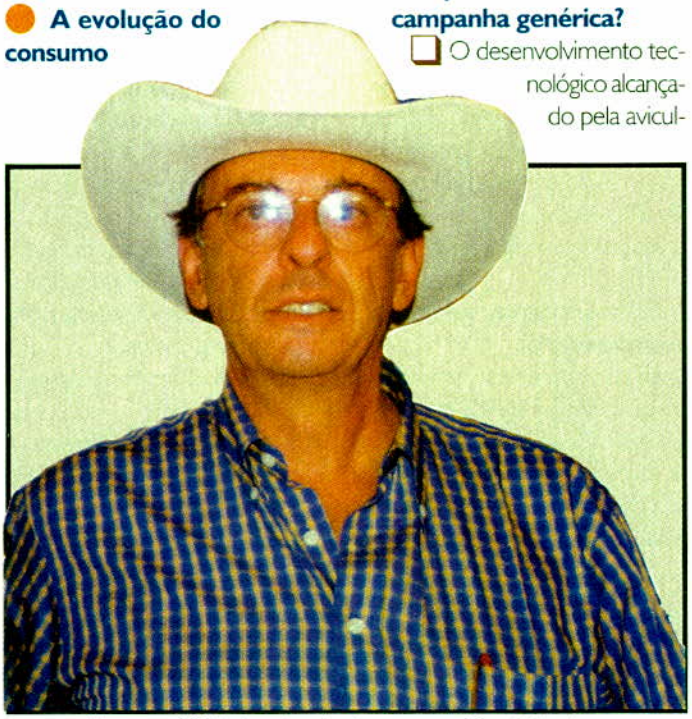
Nossa estratégia contempla a conscientização do produtor brasileiro quanto à perfeita adaptabilidade da raça nelore às condições de solo e clima. O conceito a ser difundido é o do boi de capim, criado a pasto; em confinamento, somente em alguns casos de acabamento.

A padronização das carcaças, entre 16 e 19 arrobas, também será objeto de conscientização do criador, além de cuidados básicos no processo de vacinação e na adoção de suplementos de origem mineral e vegetal, evitando sob qualquer hipótese riscos com relação à doença da vaca louca. Quanto ao consumidor final pretendemos difundir os diferenciais da carne nelore, que é uma carne magra, o que levou ao *slogan* *"Nelore best beef*: baixo teor de gordura, alto teor de sabor".

A evolução do consumo

de carne vermelha perde feio para a de outras carnes. Por que não fazer uma campanha genérica?

O desenvolvimento tecnológico alcançado pela avicultura e suinocultura, nos últimos anos, trouxe como conseqüência o aumento da produção e da oferta, que resultou na queda de preço no varejo e possibilitou o maior acesso ao consumo. Só que a carne bovina é a preferida da população brasileira. Por isso o foco de nossa atuação não seria o aumento de consumo, e sim a busca de maior oferta de carne com qualidade superior. Para se ter uma idéia da expressão da carne nelore na mesa do brasileiro basta observar que 80% do rebanho de corte do país, que é o maior do mundo, é nelore, e 91% da produção é consumida no mercado interno.



Viacava: 80% do rebanho de corte no Brasil é nelore

Qual é o público-alvo da campanha?

Nossa campanha visa atingir desde o produtor até a dona-de-casa. Ao esclarecer o campo quanto às técnicas para obter o melhor

resultado, estamos oferecendo ao consumidor final a oportunidade de encontrar mais facilmente um produto que atenda a suas expectativas de procedência segura, higiene de processamento e vantagens sensoriais, que serão amplamente perseguidas e divulgadas.

Quais as vantagens da carne de nelore, do ponto de vista do consumidor?

As vantagens se traduzem na certeza de estar consumindo um alimento seguro, com baixo teor de colesterol e de melhor sabor.

Haverá diferenciação de preço ou o objetivo da campanha é a ampliação do consumo?

Todo o processo requer investimentos, desde os estudos científicos e sua propagação entre a classe produtora até o processo de classificação e conservação, sem falar nos custos de certificação e promoção. Assim, esperamos que o mercado reconheça e recompense a diferenciação substancial oferecida pelo produto final.

A campanha privilegiará determinados pontos-de-venda?

A longo prazo pretendemos alcançar todos os pontos-de-venda, incluindo supermercados, açougues e restaurantes. Pretendemos que a marca nelore seja oferecida a toda população, garantindo a qualidade dos cortes de dianteiro e até do charque. Um boi não é só picanha e contrafilé. E se o boi é bom, criado com saúde e bem abatido, toda a sua carne será de boa qualidade. Só teremos que ensinar a preparar pelo método de cozimento mais adequado a cada parte da carcaça.

Que ações estão planejadas no plano de marketing?

Continuaremos a promover o concurso de carcaças, dias de campo e participação em todos os eventos expressivos da pecuária, para continuar a difundir nosso projeto entre os criadores. Pretendemos também começar a apresentar a carne nelore para o consumidor, que é o alvo final do programa.

Está planejado um desfile de nelores na praia de Ipanema, não?

A idéia é promover um desfile em Ipanema e promover a degustação da carne nelore em diversos restaurantes da cidade.

Quais serão as mídias usadas?

Não se pode atingir a dona-de-casa sem televisão, mídia impressa e *outdoors*.

Qual o orçamento da campanha?

Para o lançamento em uma cidade importante, como São Paulo ou Rio de Janeiro, seriam necessários pelo menos US$1 milhão.

Não é muita ousadia tentar transformar uma *commodity* em produto de raça?

Acredito que sim. Temos a nosso favor uma raça excepcional, que é a nelore. Temos uma pecuária enorme, com quase 100 milhões de animais da raça. O desafio é grande, mas existem condições para enfrentá-lo.

Há iniciativas semelhantes no mundo?

Na Europa há inúmeros casos. E a tendência é de aumento. Existe na França, por exemplo a raça normande, como na Itália, chianina ou piemontês. Nos Estados Unidos, o *aberdeen*.

Quem são os componentes da Associação?

Criadores de nelore de todo o Brasil, porém em número bastante modesto. São apenas 800 sócios. Isso se explica porque a adesão à ACNB é voluntária. Não dispomos do poder do registro genealógico, que obrigaria os criadores a se associarem. Esperamos reunir mais participantes através de sua integração ao projeto Carne Nelore com Certificado de Origem.

Quais os principais serviços que a Associação presta a seus associados?

A divulgação da raça, a realização de simpósios. Hoje temos uma associação com a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para o melhoramento genético. Realizamos também o acompanhamento de todas as exposições, através do *ranking* da ACNB. Promovemos concursos de carcaças, buscando definir o melhor acabamento do ponto de vista do consumidor. Também os Leilões Só Nelore, de gado de corte para recria e engorda.

O conflito com o Canadá chamou a atenção do público para a doença da vaca louca. Que providências governamentais são necessárias? E o criador, como deve agir?

A BSE é uma doença terrível, que vai preocupar a humanidade nas próximas décadas. Precisamos nos modernizar e aperfeiçoar ao máximo nosso sistema de inspeção e vigilância sanitárias. Se pretendemos exportar alimentos para o primeiro mundo, temos que contar com um sistema sanitário de primeiro mundo.

O Brasil tem tudo para garantir segurança quanto à vaca louca: nosso gado não se alimenta de rações de origem animal, causa fundamental do surgimento da doença. É o boi de capim, o boi ecológico, de carne saudável. Temos que nos sujeitar às normas internacionais, prestando as informações necessárias e mantendo um serviço impecável de defesa sanitária. E isso é obrigação e responsabilidade do governo e do setor privado.

Infelizmente assistimos a ações na contramão do progresso, como a recente denúncia do convênio do Fundepec, órgão dos produtores paulistas, pela Secretaria da Agricultura de São Paulo. Nem mesmo a aftosa é um problema resolvido no Brasil, e como ela muitas outras doenças, em menor escala, preocupam o consumidor.

Precisamos modificar a legislação atual para conferir poderes aos órgãos federais para interferir nos estados e aos estados para interferir nos municípios. Os órgãos federais precisam ter poder de polícia sanitária em todo o território nacional e os critérios técnicos precisam ser uniformizados, para facilitar as ações de inspeção e defesa, e investir em recursos humanos de nível técnico e científico para ficarmos à altura dos competentes serviços existentes em outros países.

Qual seria a estratégia mundial mais adequada ao combate da doença?

Embora o risco de transmissão via parto seja pequeno, ele existe. Os animais doentes, que venham a apresentar problemas neurológicos, devem ser abatidos para exame do tecido nervoso central, e incinerados.

A causa maior do problema nos países muito desenvolvidos da Europa e América do Norte reside no excesso de confinamento e na alimentação de rações de origem animal, que deve ser absolutamente proibida. Nem os mais renomados cientistas e pesquisadores conseguem no momento dominar todos os aspectos dessa doença. Vamos aguardar novas recomendações e por enquanto seguir as recomendações já formuladas. Enquanto isso, deveríamos criar aqui uma comissão de alto nível para monitorar tudo que acontece no mundo e aqui no país no que tange à BSE.

FGV IBRE

GESTÃO EM AGRIBUSINESS

Curso de especializaçao *lato sensu*

FGV management

2010

OBJETIVO

Capacitar os seus participantes com instrumentos de análise e de decisão aplicados ao mercado agroindustrial.

Treinar os profissionais com ferramentas quantitativas para auxiliar o processo de gestão administrativa e financeira das empresas do agronegócio.

Desenvolver habilidades pessoais em comunicação, planejamento e liderança.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais em cargo de gerência em empresas agroindustriais, cuja graduação não seja em administração e que necessitam adquirir técnicas administrativas.

Profissionais que desejam ingressar na carreira administrativa e no ramo do agronegócio.

É requisito indispensável ter diploma de curso de graduação.

PROGRAMA

I -INTEGRAÇÃO (12h)

- *Comunicação Interpessoal e Técnicas de Apresentação*

II - FUNDAMENTOS DE AGRIBUSINESS (48h)

- *Política Agroindustrial e Cadeias Produtivas*
- *Globalização e Comércio Exterior*

III - NÚCLEO DE FERRAMENTAS ANALÍTICAS (84h)

- *Matemática Financeira*
- *Estatística Aplicada: Análise de Preços Agrícolas*
- *Modelos de Risco, Bolsas e Mercados Futuros*
- *Mercado de Papéis Agrícolas*

IV - NÚCLEO DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA AGROINDUSTRIAL (60h)

- *Elaboração e Análise de Projetos Agroindustriais*
- *Contabilidade e Análise do Desempenho da Empresa Agroindustrial*

V - NÚCLEO DE ESTRATÉGIA AGROINDUSTRIAL (156h)

- *Estratégia das Corporações do Agribusiness*
- *Economia e Gestão de Cooperativas Agrícolas*
- *Gestão de RH na Agroindústria*
- *Logística Empresarial no Agribusiness*
- *Estratégias de Marketing para a Empresa do Agronegócio*
- *Gestão do Meio Ambiente*
- *Plano de Negócios*

CARGA HORÁRIA TOTAL: 360 HORAS

COORDENAÇÃO ACADÊMICA: MAURO DE REZENDE LOPES E GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

ENTRE EM CONTATO COM NOSSOS CONVENIADOS:

Aracaju, SE – FANESE
tel: +79 211-2545
efreitas@infonet.com.br

Bauru, SP – Diagrama Consult. Qualidade
tel: +14 224-3209
fgvbauru@diagrama-dia.com.br

Belém, PA – GEI - Grupo Educacional Ideal
tel: +91 242-6813
fgv-ideal@grupoideal.com.br

Belo Horizonte, MG – BKR
tel: +31 3296-3232
fgv@bkr-diagrama.com.br

Blumenau, SC – Decision Cons. Neg.
tel: +47 322-1034
fgvblu@terra.com.br

Brasília, DF – FGV - Coordenação Brasília
tel: +61 226-0033
cursos.bsb@fgv.br

Campinas, SP – BKR
tel: +19 294-6422
aca.dia@zaz.com.br

Campo Grande, MS – Agricon Consultoria e Projetos
tel: +67 721-2025
fgv@agricon.com.br

Campos, RJ – UCAM
tel: + 24 733-3842
vera@ucam-campos.br

Cascavel, PR – Univel - União Educ. de Cascavel
tel: +45 226-0026
fgv@univel.br

Caxias do Sul, RS – Centro de Ensino Empresarial
tel: +54 223-9929
ceemfgv@zaz.com.br

Chapecó, SC – SENAC
tel: +49 322-3001
senac@redamp.com.br

Cuiabá, MT – Agricon Consultoria e Projetos
tel: +65 644-8428
fgvagriconcba@inter-fox.com.br

Curitiba, PR – ISAE Mercosul
tel: +41 218-7711
isaem@fgvpr.br

Dourados, MS – Agricon Cons. e Projetos
tel: +67 421-6724
fgv@douranet.com.br

Florianópolis, SC – Decision Cons. e Negócios
tel: + 48 225-3261/6133
decision.fgv-flopolis@brasilnet.net

Fortaleza, CE – Marpe Cons. Rec. Humanos
tel: +85 272-4766
treinam@grupomarpe.com.br

Goiânia, GO – Top Eventos
tel: +62 231-6200
fgvgyn@topeventos.com.br

Guarulhos, SP – Conexão RH
tel: +11 6442-8909
conexaogua@uol.com.br

Ipatinga - MG – UNA - União Neg. Adm.
tel: +31 213-7603
cepederh@una.br

Joinvile, SC – Sociesc
tel: +47 461-0161
sce@sociesc.com.br

Juiz de Fora, MG – Instituto Vianna Júnior
tel: +32 3215-2940
viannajr@viannajr.com.br

Macaé, RJ – FELR
tel: +24 762-1457
felr@fafima.br

Macapá, AP – GEI
tel: +96 223-9302
fgv-ideal@grupoideal.com.br

Maceió, AL – Top Eventos
tel: + 82 327-1800
fgvmcz@topeventos.com.br

Manaus, AM – ISAE Amazônia
tel: +92 633-1514
isaefgv@fgvam.br

Maringá, PR – Trecsson
Tel: +44 262-1162
fgv@trecsson.com.br

Niterói, RJ – Capital Humano
tel: +21 622-1133
capitalh@nitnet.com.br

Passo Fundo, RS – Consultem
tel: +54 311-7855
consultem@pro.via-rs.com.br

Porto Alegre, RS – Decision
tel: +51 228-0998
decision@pro.via-rs.com.br

Presidente Figueiredo, AM – ISAE Amazônia
tel: +92 323-1125
secretaria@fgvam.br

Recife, PE – UNICAP
tel: +81 216-4344
evania@unicap.br

Resende, RJ
Assoc. Educ. Dom Bosco
tel: +24 354-1140
cpesq@aedb.br

Ribeirão Preto, SP
BKR
tel: +16 623-5888
fgvrp@netsite.com.br

Rio de Janeiro, RJ
IBRE/CEA
tel: +21 559-5627/5618
agcursos@fgv.br

Salvador, BA – ICEF
tel: +71 341-8628
icef@stc.com.br

Santo André, SP – Strong Cons. Empr. Fact.
tel: +11 4473-3235 / 3236
fgvabc@strong.com.br

São Carlos, SP – ASSER
tel: +16 272-6019
asser@zaz.com.br

São José do Rio Preto, SP – SAEC
tel: +17 235-5156
posfgv@unorpnet.com.br

São José dos Campos, SP – Conexão RH
tel: +12 341-8524
fgv@conexaofgv.com.br

São Luís, MA – ISAN
tel: +98 235-3217
isan@elo.com.br

São Paulo, SP – ILG
tel: +11 425-2692
mpgarcez@uol.com.br

São Vicente, SP – Strong Cons. Empr. Fact.
tel: +13 561-5487
fgvbs@strong.com.br

Sete Lagoas, MG – UNA
tel: +31 213-7602
cepederh@una.br

Sorocaba, SP – Diagrama
tel: +15 232-9124
fgvsdia@zaz.com.br

Teresina, PI – Marpe tel: +86 223-3019
talent@mnnet.com.br

Teresópolis, RJ – FESO
tel: + 21 642-3165
labfeso@gbl.com.br

Uberlândia, MG – Top Eventos
tel: +34 3236-1500
fgvudi@topeventos.com.br

Vitória, ES – M.Murad
tel: +27 225-4761
mmurad.vix@zaz.com.br

INFORMAÇÕES: Fundação Getulio Vargas – FGV – Instituto Brasileiro de Economia - IBRE
Praia de Botafogo, 190 Sala 805 – CEP 22250-040 Rio de Janeiro – RJ Fone: (0XX21): 559-5627/5618 – agcursos@fgv.br

FGV
IBRE

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ. CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: *Roberto Fendt*

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes

CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri

COORDENADORA DE PROJETOS/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

FUNDADOR – Julian M. Chacel

CHEFE DO CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO – Redator-chefe: Regis Alimandro

REDATORES SETORIAIS: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Luiz Antonio Pinazza (pecuária e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV–Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do milho e cacau) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

REDATORES: César Garcia e Adelaide Oliveira.

ARTE: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão e Norma Massa (diagramadoras).

REVISOR: Capi.

COLABORADORES: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Viviane Seda (apoio técnico), Antonio Dalneleto Filho (digitação), Bruno da Silva Júnior (suporte técnico), Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia (estagiários).

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049, e-mail: caique@fgv.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS: RIO – Milla de Souza: telefax: (21) 533-3121/1607, 524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; SÃO PAULO – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313, fax: (11) 3875-2313 e-mail: reparte@uol.com.br; RIO GRANDE DO SUL – Araré Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 559-6040, fax: 21 559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

LIVRARIAS: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Leslie de Medeiros Moysés

O agronegócio é o seguinte:

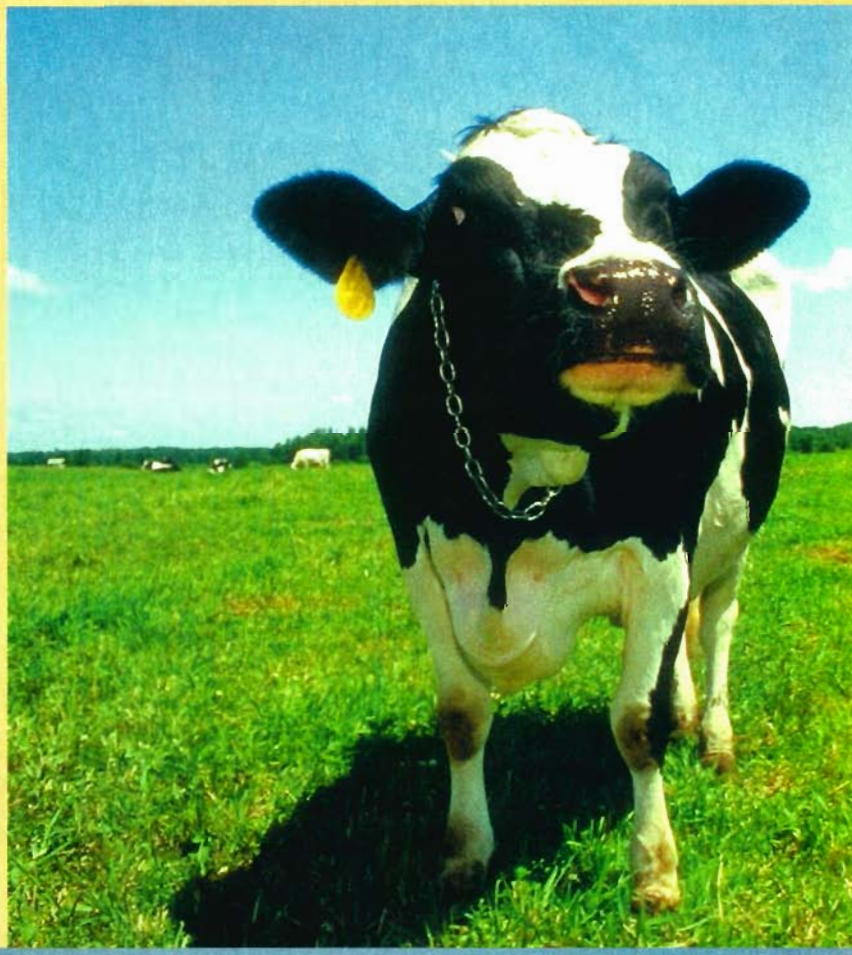
Probabilidade e certeza

A decisão do Canadá de proibir a importação e o consumo de carne brasileira gerou reação firme e corajosa do governo. O presidente da República e vários ministros de Estado se apressaram a dar declarações à imprensa em tom bem acima do normal, talvez compatível com a surpresa que a notícia do embargo causou.

É provável que a reação oficial explique a indignação que tomou conta de boa parte do público. A até então desconhecida doença da vaca louca passou a ser tema nas conversas em táxis, bares e elevadores. Levou empresários, políticos e sindicalistas a registrar protestos. E motivou várias piadas, algumas de gosto duvidoso.

O desentendimento com o Canadá parece próximo de uma solução. A equipe de técnicos dos três países da América do Norte visitou fazendas, laboratórios, indústrias e, principalmente, ouviu argumentos técnicos e políticos da burocracia e do governo. Provavelmente muito em breve os motoristas de táxi esqueçam o assunto.

Caso encerrado, portanto? Não. Mais do que a pecuária brasileira, a "marca Brasil" sai arranhada do episódio. Mesmo daqui a alguns meses ou anos, quem garante que algum consumidor estrangeiro ao deparar-se com um produto onde esteja destacado *made in Brazil* não se lembre do caso e desista da compra?



Culpa do governo canadense, que tomou uma atitude no mínimo exagerada? Claro. Mas, e nós brasileiros? Será que não nos cabe nenhuma culpa? Pouco importa se o papel com as informações solicitadas pelo Canadá foi enviado ou não. A questão é bem mais séria. Pecuaristas, importadores de reprodutores, industriais e principalmente os responsáveis oficiais nas três esferas do poder pela sanidade dos rebanhos e qualidade dos produtos vendidos à população – será que não lhes cabe qualquer parcela de culpa?

A doença da vaca louca é um caso extremamente grave de saúde pública. Pode vir a tomar proporções alarmantes. E ainda é muito pouco conhecida pela ciência, embora a primeira manifestação registrada do microorganismo date de 1730 (*veja a cronologia da vaca louca na página 40*).

A forma comprovada de transmissão da doença se dá através do consumo de ração à base de carne e ossos, que não é empregada no Brasil para bovinos e ruminantes em geral. Mas o Brasil importou, nos últimos anos, entre 4 mil e 6 mil bovinos (a inexatidão quanto ao número de animais já indica que o controle do risco de contaminação não era prioridade para as autoridades sanitárias). Como há um período de incubação do microorganismo, também desconhecido com exatidão, o Brasil não pode falar em certeza de não-contaminação. No máximo, em probabilidade.



Este mês:

10 Especial: Cooperativas

Crer para ver
Os princípios do cooperativismo constituem uma metaideologia ajustável a diferentes regimes socioeconômicos

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Vertiginoso mundo novo 14
Princípios cooperativistas podem apontar saídas a condições que hoje ampliam e perpetuam as desigualdades sociais

Tendências do sistema 17
Propostas e emendas aprovadas no Rio Cooperativo reafirmam a identidade e definem melhor espaço de ação

Declaração do Rio 20
O cooperativismo mundial acredita na solidariedade como antídoto contra a violência e a desigualdade

O sonho possível 21
Os cooperativistas pelo mundo afora constituem o mais poderoso exército capaz de defender a democracia e a paz

Roberto Rodrigues

Bandeira de paz 23
O ideário do cooperativismo precisa arrebanhar mais pessoas. É bandeira de trabalho solidário e de paz

Dejandir Dalpasquale

Revitalização limitada 25
Algumas dificuldades de ordem técnica têm impedido às cooperativas a plena utilização do Recoop

Caminho aberto 27
Não há mais nenhum empecilho: os bancos cooperativos já podem atuar sem restrições em relação aos demais bancos

Falta 'marketing' 29
A eficiência da doutrina cooperativista está comprovada. Mas alguns de seus praticantes ainda não perceberam isso

Valdir Colatto

30 Estatísticas e tendências do agronegócio

36 Fórum Social Mundial

A conquista da diversidade
O Fórum Social Mundial identifica expectativas de mudança no modelo econômico e aponta alternativas

João Roberto Lopes

Abaixo do esperado 34
Um debate pouco produtivo frustrou as expectativas sobre o Fórum Social Mundial

Argemiro Luís Brum

39 Vaca louca

Deu a louca na carne
Em escala global ou continental, a doença da vaca louca causa celeuma e dá ensejo a retaliações comerciais

Luiz Antonio Pinazza

Rosnados e mugidos 42
Na crise da vaca louca virtual, não deveríamos reagir como cães raivosos

Pedro Eduardo de Felício

Risco negligenciável 44
As garantias fornecidas pelo governo brasileiro sobre os bovinos importados do Reino Unido são satisfatórias

Luiz Carlos de Oliveira

47 Serviços de alimentação

Crescimento acelerado
Comparado a outros países, o setor de alimentos ainda engatinha no Brasil, mas promete crescer – e engordar

Elisabete Salay

50 Diário de bordo

Águias, pombas e avestruzes

Roberto Rodrigues

Pêndulo da

NA ECONOMIA

de nossos dias a informação – matéria-prima preferencial dos tempos modernos – flui veloz pela capilaridade da internet. Hoje, uma empresa em outro país, outro continente, pode deslocar uma supridora local de insumos graças à conquista de vantagens competitivas. Esse conceito pode encobrir sistemas logísticos mais eficazes, aumento de produtividade do capital ou do trabalho, inovações tecnológicas e também o efeito líquido das políticas públicas, o que, muitas vezes, significa subsídio, favorecimento, proteção ao trabalho e ao capital local.

A essa realidade boa parte do mundo acostumou-se a associar idéias de progresso, aumento de renda, avanço tecnológico ou de gestão, ganhos para o consumidor. Mas o lado perdedor associa a desemprego, exclusão social, marginalização, favelização, violência e por aí vai.

Será que nesse contexto da economia global resta espaço à discussão de temas e conceitos como solidariedade entre vizinhos de rua, de cidades, de países, ou mesmo do planeta? Coisas como inclusão social, preservação ambiental, capital social? O Rio Cooperativo 2000 provou que sim. Conseguiu reunir em dezembro na cidade do Rio de Janeiro cerca de 3 mil representantes do movimento cooperativista de cinco continentes, cujo tom dos discursos não economizou palavras ao identificar os problemas que nossa sociedade ainda não conseguiu resolver. "A solidariedade, a ética, o coletivismo", nas palavras do presidente da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), Roberto Rodrigues, "cada vez mais cedem espaço à ambição, ao egoísmo, ao



história

individualismo, e isso se traduz na incapacidade dos ricos – países, instituições ou pessoas – para ajudar a resolver os problemas reais dos mais fracos". O que se explica pelos efeitos da globalização ou "o mundo de redes" a que se referiu o presidente Fernando Henrique Cardoso em seu discurso na abertura do evento. Segundo o presidente, "vivemos em um mundo de redes que começa selvagemente ameaçador, como se o mercado fosse liquidar as instituições sociais; o Estado passa a ser algo dispensável e de repente se descobre que este mundo só funciona em rede". Referia-se à interdependência que reúne hoje em dia pessoas, supridores de insumos, tecnologia, distribuidores, consumidores, ONGs, governo e todos os elos que compõem as diversas cadeias produtivas. Na concepção do presidente as cooperativas são empresas com coração, híbrido de empresa e de organização do terceiro setor, que se caracterizam por juntar diretamente na mesma organização dois aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável: racionalidade econômica e solidariedade social. "É isso que estamos vendo nascer no mundo contemporâneo, que não é um mundo de nuvens pesadas apenas", conclui. Não é por outro motivo que AGROANALYSIS *resolveu registrar nesta edição o Rio Cooperativo 2000. Aqui o leitor encontrará as premissas, o desenvolvimento das teses e as conclusões do encontro. Além de textos reflexivos sobre o tema, que a cada dia que passa está mais atual. É o pêndulo da história.*



Crer para ver



Os princípios do cooperativismo constituem uma metaideologia ajustável a diferentes regimes socioeconômicos

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O cooperativismo tem raízes no tempo. Na história da humanidade, em todas as épocas há registros de modelos de instituições econômicas bem próximas à fórmula cooperativista.

Suas expressões são encontradas no império dos faraós e no reino babilônico. A erudita Grécia teve associações para garantir a seus membros enterros e sepulturas decentes, das quais participavam cidadãos livres, escravos e até estrangeiros, que constituíram o núcleo da formação das sociedades cristãs.

A marca da cooperação

Na virada do século XVII para o XVIII, os filósofos propagadores do individualismo e do liberalismo exerceram enorme influência no mundo dos negócios.

Na prática isso representava uma adesão ao princípio da livre concorrência, do *laissez-faire*, do *laissez-passer*. Essa doutrina abria espaço a uma nova organização da vida econômica: o capitalismo moderno, que no sentido puro expressava o papel das empresas para valorizar o capital e sua reprodução com lucro. O próprio ambiente da Revolução Industrial criava condições propícias a esse pensamento.

Impotentes para modificar o avançado estágio de consolidação do regime capitalista, os trabalhadores pensavam em voltar a épocas passadas, à comunidade medieval. Era enfim a saída que eles vislumbravam para conquistar a verdadeira libertação: um esforço de busca, à margem do sistema, de um tipo de sociedade em que pudessem enquadrar-se. Daí remontam as primeiras manifestações da cooperação, que deixaram marcas indeléveis na história.

Outra crise, outro modelo

Assim como aconteceu há 200 anos, nos últimos 15, o mundo tem vivenciado uma fase de agitação e turbulência.

De comum entre esses períodos, a ruptura entre presente e passado. As ondas da globalização associadas ao livre comércio regem os negócios de organizações privadas, governamentais e cooperativistas. Para todos vale o novo paradigma.

Mas não é fácil às organizações acompanhar o ritmo das mudanças, principalmente para as que operam no Brasil. O país

foi afligido por uma inflação descontrolada de 1986 a 1994, e o planejamento priorizava o estado de sobrevivência: o dia-a-dia e nada mais. As cooperativas nacionais, de grande base agrícola, foram atingidas pelo lado macroeconômico e pela ausência de uma política setorial.

Consensos de 1995

Externamente, as reações se encadeavam rapidamente. No Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, realizado em Manchester, na Inglaterra, os princípios fundamentais do cooperativismo foram colocados em debate. Decidiu-se atribuir responsabilidade à sociedade cooperativa quanto ao desenvolvimento sustentado.

O evento chegou a consensos interessantes.

Reafirmava-se a posição da democracia interna (cada homem, um único voto) e a remuneração limitada ao capital. Ambos têm implicações diretas com questões fundamentais ligadas a gestão, estrutura financeira e capitalização da organização cooperativa.

Agregava-se também ao princípio doutrinário a responsabilidade econômica e social da cooperativa com relação a sua comunidade de origem. A idéia era destacar a diferença entre empresa cooperada e não cooperada, realçando as vantagens da arquitetura doutrinária do cooperativismo e os limites para uma nova abordagem da sua estrutura de capital.

Fundo do poço e mea-culpa

De 1996 a 1998 o cooperativismo brasileiro chegou ao fundo do poço – em especial no caso das entidades orientadas à produção de matérias-primas agrárias.

Os negócios dessas empresas eram tocados com pouca ou nenhuma visão estratégica das cadeias produtivas e do sistema de agregação de valor. Uma vulnerabilidade plena, por assim dizer.

Além da curta visão sistêmica, vazavam falhas e erros no que se refere à gestão. Poucas organizações fugiam dessa condição dura e adversa.

Com sangue, suor e lágrimas, o sistema cooperativo nacional tem feito o seu mea-culpa, na tentativa de expurgar os pecados da má administração dos agronegócios.

O XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em dezembro último no Rio de janeiro, deu mostras claras de uma nova fase para as organizações cooperadas. O tema Identidade Cooperativa para o Novo Milênio já reflete essa realidade.

O sistema não sucumbiu, como afirmavam em tom messiânico e freqüente muitas cassandras. É preciso virar a página dos momentos críticos e começar uma escrita de profissionalização e competência nos agronegócios cooperados.

Virando a página

De qualquer forma, o sistema não sucumbiu, como afirmavam em tom messiânico e freqüente muitas cassandras. Ainda que as feridas ainda não estejam fechadas de todo, há uma luz no fim do túnel. É preciso virar a página desses momentos críticos e começar a escrita de profissionalização e competência nos agronegócios das cooperativas.

Nada impede que as cooperativas operem práticas administrativas das empresas capitalistas. O fundamental é o equilíbrio e a manutenção dos princípios essenciais.

Considerar apenas o lado social pode comprometer a sobrevivência econômica e vice-versa. Depois de destruir desnecessariamente milhares de empregos, grandes corporações norte-americanas concluíram que a reengenharia em nada ajudou na melhoria dos resultados. Em alguns casos até piorou. Foi o resultado colhido de um impulso para o lucro imediatista.

Tecido de confiança

Hoje parece muito apropriado analisar a evolução do cooperativismo na ótica da formação do capital social. Uma sintonia

Os 12 princípios das cooperativas

1. Viver melhor;
2. educar o povo;
3. interessar a mulher nas questões sociais;
4. abolir os conflitos;
5. pagar a dinheiro e à vista;
6. estabelecer o justo preço;
7. combater as despesas com bebidas alcoólicas;
8. suprimir os parasitas sociais;
9. reconstituir uma propriedade coletiva;
10. eliminar o lucro;
11. facilitar a todos o acesso à propriedade;
12. economizar sem sacrifícios.

Esses princípios foram formulados por Charles Gide, que deu corpo definitivo à doutrina do cooperativismo de consumo. Gide nasceu em 28 de junho de 1847, na França. Foi professor de economia política em Bordeaux, Montpellier e Paris. Espalhou pelo mundo as sementes germinadas no Beco do Sapo, em Lancastre. Grande evocador de idéias e dinamizador de almas, fez da economia política uma ciência amável e relevante, tirando-lhe o cunho pétreo e dogmatizante. Exerceu durante 50 anos um nobre apostolado. A própria Rússia chamou-o o chefe mundial do cooperativismo.

fina com o conceito desenvolvido pela equipe de Amartya Sem, prêmio Nobel de Economia em 1998.

Até recentemente, os capitais formadores de uma nação eram o natural (terra, água, jazidas), o físico (cidades, estradas, pontes) e o financeiro (crédito, seguro). Aparece agora o capital social – a confiança tecida entre os indivíduos, em prol de negócios para o progresso econômico e social. Pressupõe-se que a confiança seja o segredo para fortalecer a musculatura de qualquer grupo associativo.

O insumo vital para a produção do capital social constitui-se da qualificação das pessoas. O ingrediente da educação oferece o diferencial, porém seu resultado só aparece a médio e a longo prazo. Um trabalho que deveria ter começado há décadas e que infelizmente no Brasil, está muito atrasado.

Caminhos diferenciados

Não existe um modelo único de cooperativismo no agronegócio. Cada cadeia produtiva requer uma forma diferenciada de planejamento.

A economia de escala e a redução de custo são imperativos para as *commodities* de baixo valor agregado. Aqui, as fusões e incorporações são as saídas mais corriqueiras. Nos produtos de nicho, segmentados e de especialidades, os melhores caminhos são as alianças estratégicas de natureza tecnológica e de distribuição.

No sistema de alimentos e fibras, a reforma das organizações cooperativas da Europa ocidental e dos Estados Unidos foi conservadora. É um caminho que tende à concentração.

As cooperativas norte-americanas de nova geração são eficientes quando avaliadas no foco de negócios. Do ponto de vista econômico, é bem provável que sejam a melhor saída, mas e o aspecto social? Os tecelões de Rochdale conceberam uma outra lógica.

A terceira via

A mídia noticia o nascimento de uma terceira via, com a

A quimera de Rochdale

O cooperativismo nasceu do esforço conjugado de 28 pobres tecelões ingleses, chamados pioneiros de Rochdale. Premidos pelas contingências de uma vida de sobressaltos e apertos econômicos, eles abriram suas portas em 21 de dezembro de 1844. A cooperativa era minúscula e vendia apenas quatro mercadorias: farinha, manteiga, açúcar e aveia.

Apesar da timidez do empreendimento, sua proposta prática era genial. Os pioneiros procuraram fixar seus ideais à terra, sem a fantasia de pensamentos inacessíveis à condição humana. Encararam com serenidade e profundo senso de realidade as duras provas por que teriam de passar.

Carlos Howarth, considerado o Arquimedes da cooperação, era operário curtidor, foi atuante e gênio na organização, que trouxe para a ordem econômica o preceito moral da ajuda mútua, cujo lema é "um por todos e todos por um". Ele sugeriu e viu aceitas por seus companheiros idéias básicas, corporificadas na escola de Nîmes:

- adesão livre;
- controle democrático;
- devolução do excedente ou retorno sobre as compras;
- juros limitados ao capital;
- neutralidade política e religiosa;
- vendas em dinheiro à vista;
- fomento do ensino em todos os graus.

Quase um século depois, em 1937, o XV Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Paris, fixou os princípios do cooperativismo, inspirados no programa de Rochdale.

Eis o programa dos 28 tecelões de Rochdale:

"A sociedade tem por fim realizar um benefício pecuniário e melhorar a condição doméstica e social de seus membros, reunindo um capital dividido em quotas de uma libra e suficiente para a prática do seguinte plano:

- abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, roupas e utilidades;
- comprar ou construir casas para os associados que desejarem ajudar-se mutuamente para melhorar as condições de sua vida doméstica e social;
- empreender o fabrico dos artigos que a sociedade julgar conveniente produzir, para dar trabalho a seus membros que estiverem desempregados ou que venham a sofrer contínua redução nos salários;
- comprar ou alugar terras, que serão cultivadas por seus membros sem trabalho ou por aqueles cujos salários sejam insuficientes;
- logo que for possível, a sociedade procederá à organização em seu seio e com recursos próprios – ou em outros termos, ela se constituirá em colônia autônoma, na qual todos os interesses serão solidarizados, e auxiliará as outras sociedades que queiram fundar colônias semelhantes;
- com o fim de propagar a temperança, a sociedade abrirá em um de seus locais um estabelecimento de temperança".

Paradigmas da modernidade

- concorrência
- marketing
- orientação para o mercado
- produtividade e qualidade
- tecnologia
- práticas de gestão
- capital
- recursos humanos

vitória das coalizões de centro-esquerda na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália nos últimos anos.

Uma rota entre o capitalismo do *laissez-faire*, a social democracia progressista e a golpeada tradição comunista. Um modelo mais compassivo, livre da carga de um Estado central dispendioso, mas alinhado com as tecnologias de ponta. Nesse enfoque, o sistema cooperativista cai como uma luva. Descrentes, os críticos argumentam que, antes de ser um programa político, a terceira via é mais um conceito de marketing: "a personificação de uma era de despolitização e comercialização de tudo que existe", afirmam.

Sombras e idealizações

A população dobra nos próximos 50 anos. Cerca de 90% do crescimento demográfico estarão fora do circulo dos países desenvolvidos. A globalização e o livre comércio colhem sucesso quando medidos pelo produto interno bruto e a produtividade.

Mas a brecha existente entre ricos e pobres está se convertendo em abismo. A aversão a esse modelo surge em todos os cantos do planeta. Basta olhar o enfrentamento nas reuniões realizadas em 2000 pela OMC, em Seattle, do Grupo dos Sete em Praga, e do Meio Ambiente, em Haia.

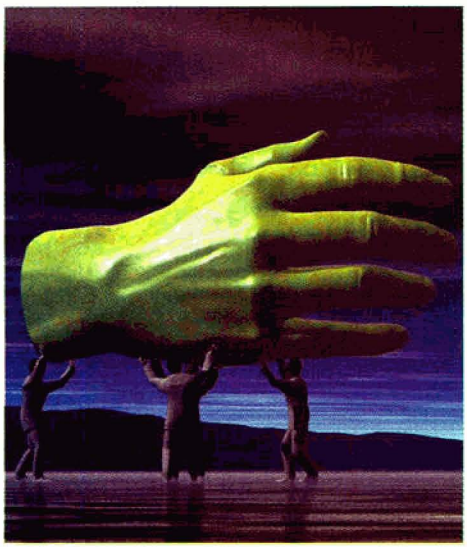
Estudioso do cooperativismo, Totomiani lembra que "os primeiros cooperativistas foram sonhadores, quiseram idealizar sociedades novas, quiseram volver a uma época anterior, quiseram fazer renascer dentro da nova sociedade formas de organização já desaparecidas".

Mas não há modelo de cooperativismo sem defeitos e virtudes. Em todos os tempos o homem viveu a eterna ânsia de atingir a felicidade sobre a Terra, a pendular entre o econômico e o social. E essa sina o acompanha como uma sombra no terceiro milênio.

Referências bibliográficas:

BIALOSKORSKI, S. et al. *Política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do estado de São Paulo*. USP / Ocesp / Fapesp, abr. 2000.

FILHO, F. *Teoria e prática das sociedades cooperativas*. Olímpica, 1946.



Vertiginoso mundo novo

Princípios cooperativistas podem apontar saídas a algumas das condições que hoje ampliam e perpetuam as desigualdades sociais

Um balanço da história do cooperativismo mostra que a luta valeu a pena: registraram-se avanços e conquistas bem significativos. Mas a análise da situação atual e do cenário da próxima década revela que há necessidade de modificar substancialmente a herança das décadas passadas e avançar com ousadia, rapidez e espírito aberto às inovações.

O cenário global e os horizontes da primeira década do século XXI fazem ver alguns aspectos relevantes. O mais evidente é a crescente insatisfação de uma camada da população de todos os continentes com relação aos desdobramentos sociais do paradigma econômico dominante na sociedade em processo de globalização, particularmente pela ampliação do desemprego, dos problemas da fome, da violência e da insegurança.

Cresce a importância do fator social da economia como expressão de luta, esperança e determinação de significativa parcela da população mundial, na busca de ajustamentos estruturais e do avanço da cooperação entre as nações.

À medida do homem

Os negócios, as plantas produtivas, os recursos, costumes e mercados da maior parte das nações se agitam num processo acelerado de internacionalização.

A mudança rápida e abrangente de fundamentos e técnicas de gestão empresariais – liderada pela nova economia emergente da sociedade e por sua interação com a denominada velha economia – constituem enormes potencialidades e grandes desafios institucionais.

Os grupos, formais ou informais, buscam vigorosamente uma nova escala de valores em todas as dimensões da sociedade, expressa pelo movimento internacional em favor da paz e pela solidariedade com as gerações futuras. Esse posicionamento repercute em todas as organizações.

Os recursos naturais, tecnológicos e o capital financeiro – historicamente importantes como fatores estratégicos do desenvolvimento – estão cedendo espaço, na sociedade da informação, às pessoas e ao capital social, base primordial da responsabilidade e da contribuição social e ecológica de cada indivíduo na construção de um mundo melhor, com inclusão social.

Além de fonte de conhecimento e confiança no novo referencial da economia humana, que focaliza o homem como a principal referência para a competitividade, o capital social é fator decisivo de suporte à democracia.

Estratégias da solidariedade

As megatendências mundiais podem tornar-se promissoras potencialidades para o cooperativismo.

O movimento deve construir nova visão e definir sua estratégia de ação, pois os resultados conseguidos durante a primeira década do século XXI podem viabilizar avanços significativos na consolidação do sistema de um movimento participativo, expressivo e articulado com outras frentes da solidariedade na institucionalização de mudanças substanciais na qualidade da sociedade global.

O cooperativismo precisa deixar de se perceber como modelo empresarial em desvantagem competitiva com as empresas capitalistas e dependentes do Estado para seu desenvolvimento.

Os novos vetores estratégicos darão oportunidade à cons-

trução de competências essenciais, em termos de potencial humano e do imenso contingente de cooperados e colaboradores unidos pelos princípios cooperativistas.

A nova postura empresarial – agressiva, competitiva e integrada – deixa para trás a fase defensiva.

Com base na força inesgotável oriunda da solidariedade e da coesão das pessoas e organizações unidas pelos interesses comuns da sobrevivência, trata-se de prover modelos de desenvolvimento que atendam às expectativas da sociedade, sinalizando o limiar esperançoso de uma era fundamentada em empreendimentos transparentes e humanizados.

Apesar dos avanços e conquistas do cooperativismo, a análise da situação atual e do cenário da próxima década mostra que há necessidade de modificar substancialmente a herança das décadas passadas e avançar com ousadia, rapidez e espírito aberto às inovações.

Desafios da credibilidade

Atenção especial deve ser dada ao crescimento vertiginoso do número de organizações do setor social da economia que, no futuro próximo, constituirão a principal força de equilíbrio mundial entre a esfera estatal e a iniciativa privada tradicional. Além de atuar fortemente em bases e soluções econômicas, esse setor está construindo redes nacionais e internacionais que provocarão mudanças substanciais na dinâmica da sociedade.

Embora as organizações em geral estejam avançando na direção da responsabilidade social, na busca de validar suas práticas ante a sociedade do futuro, é no cooperativismo e no solidarismo que está o principal potencial de alianças desse setor emergente.

O cooperativismo no entanto precisa superar alguns desafios para consolidar sua credibilidade, particularmente através da melhoria dos padrões de qualidade e produtividade de seus produtos e serviços; da erradicação

O ABC do novo cooperativismo

A. Conectar-se à comunidade mundial que está buscando equacionar o dilema fundamental do crescimento global da família humana *versus* a exaustão simultânea de muitos recursos físicos do planeta, com ameaça a variados sistemas biológicos de suporte à vida, gerando desastrosas conseqüências para a humanidade. Isso significa salvar o planeta Terra – o solo, a água, o ar, enfim, a vida.

B. Pensar globalmente e agir localmente com responsabilidade; criar uma cultura de responsabilidade para as empresas globais; construir visão mais ampla e poder menos centralizado para os governos nacionais.

C. Assumir uma ética ecológica para a sociedade; participar na luta pela construção da cidadania global e de um mundo onde todos ganhem, solidarizando-se com as gerações futuras.

D. Contribuir para a estruturação da corrente da cooperação e da solidariedade com vistas a reverter as tendências catastróficas resultantes de paradigmas limitados de desenvolvimento econômico e da matriz de conhecimento e cultura da modernidade ocidental.

E. Assumir comportamentos coerentes com a doutrina cooperativista, aprovada recentemente no Congresso Internacional de Manchester, e alinhar-se à decisão das Nações Unidas pela vivência e defesa dos valores básicos do novo século: cooperação, respeito, responsabilidade, paz, liberdade, honestidade, tolerância, humildade, unidade e simplicidade.

F. Defender a troca das bases conceituais de sucesso emanadas da revolução industrial de "mais progresso, mais crescimento e mais riqueza", pelos referenciais da "satisfação da ânsia de felicidade das pessoas" como o verdadeiro e o maior dos sucessos do homem.

G. Ampliar a visão tradicional de homem, considerando, de forma abrangente e equilibrada, todo o seu potencial físico, mental, emotivo, social, energético e espiritual, contextualizados no universo, e fortalecer os referenciais do paradigma emergente de desenvolvimento relacionado com sustentabilidade, qualidade de vida, solidariedade e compartilhamento de resultados.

H. Intensificar a cooperação entre as nações, com a conquista da regulamentação do ato cooperativo em âmbito internacional, e fortalecer o cooperativismo em todas as frentes econômicas da sociedade brasileira.

I. Vivenciar, individualmente e nas organizações, os referenciais mencionados, particularmente no que diz respeito à valorização das pessoas, à gestão estratégica participativa e seus resultados: respeito pelo cliente, adoção de tecnologias limpas e cultivo da ética e da justiça.

Ações que interessam ao sistema cooperativo

A consolidação do Sistema OCB dimensionaria adequadamente o quadro e a implantação efetiva da autogestão, com a adoção de eficientes sistemas de monitoramento e fiscalização, e com a definição dos referenciais básicos de regulação das relações com o Estado, das formas de capitalização das cooperativas e da sua internacionalização.

A participação intensa do cooperativismo na organização do setor social da economia pode estruturar, em parceria com outras organizações, a rede associativista da cooperação e da solidariedade, através de negócios, empresas sociais, movimentos e ações construtivistas que resultem em avanços qualitativos para a sociedade global.

Interessa a gestão dos interesses globais do cooperativismo brasileiro, a mudança da postura gerencial da sua liderança estratégica, a busca da profissionalização dos cooperantes, colaboradores e executivos e a qualificação dos dirigentes eleitos.

Reconversão produtiva, fortalecimento do cooperativismo brasileiro e intensificação da intercooperação para ampliar a participação no comércio nacional e internacional seriam desejáveis.

A ampliação dos intercâmbios e alianças estratégicas com o aparato institucional do conhecimento seria de grande utilidade na formação e difusão de uma mentalidade solidária.

O fortalecimento econômico e institucional das sociedades cooperativistas de todos os ramos, bem como o aperfeiçoamento da sua gestão democrática e a ampliação de seus negócios na economia brasileira e internacional teriam repercussões positivas imediatas.

É importante valorizar a normatização, particularmente no que se refere:

- à nova legislação cooperativista e sua regulamentação;
- ao cadastro completo, atuação, acompanhamento e fiscalização das cooperativas;
- à criação de parâmetros técnicos para a multinacionalização dos empreendimentos cooperativos;
- à definição da nova matriz referencial que oportunize o equilíbrio entre aspectos de relevância e aparentemente contraditórios nos empreendimentos cooperativistas, tais como: dimensão associativa e empresarial, grau de participação nos negócios e no poder;
- ao estabelecimento das relações do próprio cooperativismo com o Estado.

Interessam também:

- a integração nos mecanismos institucionais e nas dinâmicas de estruturação e de implantação dos contratos e acordos internacionais do Brasil com blocos econômicos, particularmente com o Mercosul, UE, Nafta e países emergentes, com vistas a estabelecer parâmetros de relacionamentos e ativar programas conjuntos de ação, tanto no que se refere ao intercâmbio econômico quanto ao sociocultural;
- a consolidação do sistema nacional de crédito cooperativo com vistas a superar estrangulamentos de capital financeiro nas cooperativas e dar suporte ao desenvolvimento econômico do movimento;
- desenvolver amplo programa de divulgação e marketing do cooperativismo e ativar canais de comunicação de massa, de expressão nacional, próprios ou em parceria com outras organizações.

das falsas cooperativa e estruturação, de forma conjunta e com postura ética nos negócio de redes comerciais abrangentes com o uso de marcas fortes, selos de qualidade, cartões de benefícios, compras e vendas eletrônicas e outras ferramentas concretas que viabilizem a participação do povo em grande escala.

Milênio de transparência

A transição para o novo milênio pode dar condições ao salto qualitativo para um novo patamar do ser e da ampliação pessoal das consciências, gerando novos referenciais ontológicos que podem se materializar através da solidariedade, da unidade, da busca de harmonia sistêmica e da felicidade como o maior dos sucessos.

Integração, energização positiva, relacionamentos transparentes nas transações econômicas realizam as pessoas e constroem sua esperança de prosperidade.

Os grandes rios são alimentados por muitas vertentes e afluentes. Este é o momento de ativar novas vertentes, vitalizar muitos afluentes que tornarão irresistível a forte corrente capaz de fornecer os elementos básicos para a continuidade do ciclo da vida no planeta Terra.

Foco central

O compromisso maior do cooperativismo brasileiro – os sócios dos empreendimentos cooperados – é a razão mais importante da existência das cooperativas. Não são os cooperados que pertencem à cooperativa, mas a cooperativa que pertence aos cooperados e deve servir prioritariamente a seus

interesses coletivos.

O foco central de toda a atuação do cooperativismo está na defesa e satisfação dos cooperados, viabilizando seus negócios e serviços, cumprindo os compromissos da mutualidade com todo o quadro social e a comunidade onde a cooperativa atua.

A sociedade deve conhecer a nova identidade do cooperativismo, sua filosofia e doutrina – suas vantagens em termos da expansão do capital social, da distribuição da renda, das parcerias com o poder público, particularmente para o enfrentamento dos problemas sociais. Deve estar informada de seu potencial para contribuir para a harmonização mundial da economia pela valorização do capital humano e social, melhoria da qualidade de vida, respeito à ecologia e comportamento ético nos contratos e nos relacionamentos.

A mobilização da sociedade brasileira na busca da consolidação e do avanço da cooperação como modelo alternativo de desenvolvimento que dá oportunidade à inclusão social reforça a democracia e pode solucionar alguns dos grandes problemas nacionais.

Tendências do sistema

Propostas e emendas aprovadas no Rio Cooperativo reafirmam a identidade e definem melhor espaço de ação

Profissionalização, integração, fortalecimento das cooperativas e aperfeiçoamento do sistema de representação estão entre as principais propostas aprovadas no Rio Cooperativo. As 137 propostas e 40 emendas aprovadas mostram as principais preocupações das cooperativas brasileiras: profissionalização, integração, busca do mercado externo, aprimoramento das formas de representação do sistema e fortalecimento das cooperativas.

Manter a identidade

No que depender de quem participou do evento, a tão decantada "identidade cooperativa para o novo milênio" será mantida e consolidada, já que a maioria das propostas falou de integração, fortalecimento, aperfeiçoamento, democracia, unidade e cooperação, adjetivos que permeiam o cooperativismo.

Nos debates sobre diretrizes de representação, ficou clara a necessidade de manter a unidade do sistema. Uma das resoluções fala em "consolidar a integração através da nucleação regionalizada das OCEs no contexto das cinco regiões geográficas do Brasil, da estruturação dos ramos cooperativistas em âmbito estadual e nacional, na forma de conselhos especializados, e sua efetiva participação na gestão da OCB e das OCEs, bem como da obrigatoriedade do registro de todas as cooperativas existentes no país".

Mulheres e cartões

As propostas insistem na participação da mulher e dos jovens na gestão das cooperativas, na adoção de sistemas modernos de gerenciamento, reconhecendo-se nas entrelinhas que há cooperativas pequenas e que adotam administração simples ou não-profissional. Afinal, o universo cooperativo brasileiro apresenta diversidadés gritantes, com pequenas cooperativas que ainda tateiam a legalidade e grandes conglomerados que faturam milhares de dólares por dia.

Foram aprovadas algumas propostas voltadas ao fortalecimento econômico das cooperativas, como a criação de uma corretora de seguros e o lançamento de um cartão de crédito.

Experiências já adotadas por algumas cooperativas – como a adoção de programas de estímulo à fidelização de cooperantes mediante remuneração diferenciada – também constaram das propostas aprovadas.

Repetiram-se, também, pleitos constantemente dirigidos ao governo, como a liberação de recursos financeiros e revisão da política bancária que exclui as cooperativas de crédito.

Nova lei e autogestão

A nova lei do cooperativismo, cujo primeiro projeto fora apresentado há 11 anos, também mereceu atenção dos congressistas, que aprovaram resoluções como a que propugna a criação de instrumentos legais que levem o poder público a reconhecer definitivamente o valor efetivo e a forma econômica do cooperativismo; que os atos cooperativistas não sejam tratados como operações de mercado, com incidência de tributos, o que contraria a Constituição.

A autogestão do sistema cooperativista foi destacada. Deseja-se implantar um sistema que detecte, com antecedência, futuros problemas de gestão das cooperativas, permitindo a correção dos erros a tempo de salvar as empresas.

Esse sistema, implantado pioneiramente no Paraná, pela Ocepar, acompanha o desempenho econômico e financeiro das cooperativas ao longo dos anos, e as compara com diferentes empresas, mostrando suas tendências e apontando os pontos negativos e positivos da administração. O programa vem sendo implantado, através de uma parceria entre a Ocepar e a OCB, em vários estados, o que deverá ser acentuado nos próximos anos.

As 137 propostas e 40 emendas aprovadas mostram claramente a preocupação das cooperativas brasileiras: profissionalização, integração, busca do mercado externo, aprimoramento do sistema de representação do sistema e fortalecimento das cooperativas.

Selo de qualidade

Grande é a diversidade do sistema cooperativista. As contribuições em vários setores mostraram que os dirigentes presentes ao congresso estão preocupados com a melhoria da eficiência de suas empresas. Confirma isso a aprovação, entre as propostas, do selo de qualidade para as cooperativas – um diferencial no mercado através de melhoria da qualidade dos produtos e serviços.

O item fortalecimento econômico das sociedades cooperativistas teve sete emendas aprovadas, após rápido debate. Foram apresentadas somente 10 emendas às 39 propostas originais; duas foram rejeitadas e uma teve insuficiência de assinaturas. Noventa e oito delegados participaram da votação.

Propostas aprovadas

Das sete propostas aprovadas, duas eram novas. A primeira, falava da criação de um plano de saúde envolvendo os ramos cooperativos afins (Unimed, Uniodonto), para assistir os cooperados e dependentes dos demais segmentos cooperativos.

A outra defendia a implantação de programas de fortalecimento, modernização e expansão do sistema financeiro cooperativo, através de apoio dos bancos cooperativos e suas centrais, da representatividade das cooperativas de crédito ligadas à Confebrás e do apoio e disseminação do sistema cooperativo de crédito em todas as regiões do país.

Durante a fase preparatória (seminários estaduais) 559 propostas apresentadas referiam-se ao fortalecimento da economia do sistema.

Sintetizadas pela comissão de temática da OCB, foram reduzidas a 39, englobadas em seis tópicos: novas oportunidades de negócios; modelos de capitalização das cooperativas; o crédito no fortalecimento econômico do sistema cooperativista; consolidação econômica do cooperativismo: fusões, incorporações e parcerias; revitalização econômica das cooperativas e efeitos da globalização no cooperativismo.

A seção foi coordenada por Roberto Coelho da Silva, da Ocern, que teve como relator José Abel Alcanfôr Ximenes, (Unimed-GO/TO). José Roberto Ricken, da Ocepar, foi o assessor técnico, e Geraldo Magela Couto, da Unicred, o supervisor.

Enfoque jurídico

Coordenadas pelo presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Alfeu Silva Mendes, as discussões em torno do enfoque jurídico das sociedades cooperativas envolveram aproximadamente 100 delegados, que apresentaram nove emendas.

A emenda proposta, de redução do número mínimo de pessoas para se constituir uma cooperativa de 20 para sete, já havia sido aprovada nas plenárias das OCEs mas não conseguiu votos suficientes para se manter e foi retirada do documento, prevalecendo o número anterior. A manutenção da estabilidade empregatícia do dirigente também permaneceu inalterada.

Relacionamento político e institucional

Envolvem basicamente as funções das Frencoops, sua formação e operacionalização; a organização da defesa política, institucional e legislativa; o poder público e o sistema cooperativo. Poucas emendas foram apresentadas (apenas cinco), todas aprovadas. Os debatedores deste subtema gostaram das propostas originais contidas no manual do XII CBC, entendendo que as Frencoops têm prestado um bom trabalho ao sistema, por isso a necessidade de ampliá-las para todos os estados.

As novas propostas aprovadas na plenária do XII CBC foram:

- promover gestões políticas para que a OCB seja inserida no Codefat, permitindo às representações do ramo trabalho das OCEs;
- participar como membros efetivos nas comissões estaduais de trabalho;
- instituir conselhos paritários cooperativistas nos municípios e nos estados;
- pleitear vagas no conselho de vogais das juntas e nos conselhos deliberativos e/ou administrativos dos programas/projetos desenvolvidos pelos governos federal, estadual e municipal e de empresas concessionárias de serviços públicos que atinjam as cooperativas e/ou cooperados.

Reforçar o marketing

As 12 emendas apresentadas foram aprovadas e quatro delas são inéditas. A maior preocupação dos delegados é o fortalecimento da imagem do cooperativismo perante a opinião pública. Um congressista frisou que no XI CBC, em Brasília, o marketing institucional da OCB foi bastante cobrado. Ficou na retórica e não saiu do papel. Agora é preciso estipular um prazo para a implementação dessa idéia.

Outra necessidade observada pelos participantes diz respeito à educação cooperativista. O MEC deve reconhecer e incentivar o ensino do sistema nas escolas.

As quatro novas propostas acatadas estabelecem:

- cumprir o que prescreve o subtema 6 com um prazo máximo de 12 meses para sua total implantação, com distribuição de material aprovado no Congresso a todas as cooperativas;
- criar um conselho editorial para avaliar as publicações que teriam certificações técnicas da OCB;
- para o registro de cooperativas, as OCEs/Sescoop devem introduzir o pré-requisito de que os sócios fundadores participem, no mínimo, de um curso básico de cooperativismo, para que se tornem agentes multiplicadores da doutrina e filosofia cooperativista;
- estimular a parceria com as cooperativas existentes na área de marketing, como cooperativas de marketing, comunicação e publicidade, cooperativas de vendedores, e assim por diante.

As propostas debatidas e aprovadas dentro do subtema 6 pelos 79 delegados que compareceram à seção incluem três temas: sobre novas formas de educação e capacitação; sobre centros de formação e educação profissional; sobre comunicação, educação e marketing do sistema cooperativo.



Declaração do Rio

O cooperativismo mundial acredita na solidariedade como antídoto contra a violência e a desigualdade

O documento elaborado pelos cooperativistas reunidos no Rio Cooperativo 2000 a ser apresentado à Assembléia Geral das Nações Unidas pela Aliança Cooperativa Internacional é um libelo contra a violência perpetrada contra os desapossados, afetados pela pobreza, pelo desemprego, pela corrida armamentista, pela degradação do meio ambiente e pela falta de solidariedade entre os povos.

O Documento

"Considerando:

- A situação em que vivem milhões de seres humanos afetados pelo flagelo da pobreza, da falta de trabalho, dos problemas de moradia e dos sistemas inadequados de assistência social.
- A violência crescente devido à corrida armamentista, tal e como se mostra na proposta, por iniciativa da comissão de prêmios Nobel da Paz, para estabelecer um código internacional de ética na transferência de armas.
- A grave degradação do ambiente que limita as possibilidades de vida das gerações atuais, assim como das futuras e que é uma ameaça ao planeta: nosso único lar.
- A falta de solidariedade que carateriza esta época com a proliferação de atividades e condutas anti-sociais na maior impunidade, geradoras de corrupção pública e privada, fatores que são uma grande ameaça à sociedade democrática.

Declara:

- Sua disposição e capacidade para contribuir à formação de uma sociedade mais justa, transparente, civil e democrática da forma manifestada através da atividade cotidiana que realizam as cooperativas do mundo inteiro.
- Seu interesse em encorajar os governos, partidos políticos, organizações da sociedade civil e todas as pessoas amantes da paz para que juntem suas forças a favor da justiça social e na luta pela redução do armamentismo e pela erradicação da violência. Reafirmamos também nossa disposição como organização mundial para gerar emprego, moradia digna e combater a exclusão social.
- O desejo de construir uma sociedade em harmonia com a natureza.
- O desejo de que a organização cooperativa contribua para conseguir uma nova ordem econômica, política e socialmente justa e eqüitativa em todo o mundo. Uma ordem inspirada nos valores e princípios cooperativos para proporcionar seu apoio à sociedade democrática.
- Que a Aliança Cooperativa Internacional assuma o compromisso de obter o apoio de milhões de membros das cooperativas para a Carta do Rio, para conseguir a paz, a solidariedade, a eqüidade, a justiça, a igualdade, a proteção ambiental e o desenvolvimento humano sustentável.

Portanto

A Aliança Cooperativa Internacional, para conseguir estas aspirações, apresentará esta iniciativa na Assembléia Geral das Nações Unidas através de seu diretor-geral, com o apoio mencionado como testemunho deste compromisso com as gerações presentes e futuras."

O sonho possível

Foi ao som de Schubert, Haydn e Strauss, voando de volta de Sarajevo, que o presidente da ACI e da Abag, Roberto Rodrigues, buscou inspiração para proferir seu discurso na abertura do congresso do Rio. Num mundo em que a solidariedade, a ética, o coletivismo cada vez mais cedem espaço à ambição e ao egoísmo, ele vê nos 800 milhões de cooperativistas pelo mundo afora "o mais poderoso exército que jamais a humanidade pôde conceber, capaz de defender a democracia e a paz, em toda a história universal". Leia abaixo a íntegra do discurso.

"Companheiros,

Este pequeno discurso foi alinhavado no final da semana passada, quando voava para o Brasil de volta de uma visita dolorida à Bósnia Herzegovina e à Croácia. No céu, ouvindo Schubert, Haydn e Strauss, busquei inspiração para lhes dizer algo muito forte, diferente, que pudesse levar-nos a todos a jurar um compromisso de tornar realidade um sonho possível.

Enquanto os contornos desta terra brasileira iam se delineando entre as nuvens da madrugada, e o horizonte se tingia das cores que nenhum pintor consegue misturar, compreendi minha incapacidade de lhes dizer isto, porque não conheço, ou até talvez nem existam, as palavras que gostaria de usar neste momento solene.

Por isto, resolvi tentar transmitir-lhes uma sensação. Venho de Sarajevo, onde vi, estarrecido, as feridas ainda abertas causadas pela loucura da guerra de 92: 250 mil pessoas morreram ou desapareceram nos mil dias em que a cidade foi bombardeada. Os jovens e os mais aptos emigraram para outros países em busca de melhores condições de vida. O desemprego campeia e a pobreza assombra. A solidariedade internacional é insuficiente para resolver as demandas.

Visitei neste ano outros países do Leste europeu e falei com seus líderes formais. Pude compreender com clareza as dores da liberalização comercial associada à globalização e os efeitos desastrosos da concentração da riqueza e da exclusão social delas derivadas. A desigualdade lá se instalou subitamente, levando à perplexidade e ao inconformismo.

Há poucos dias estive na Colômbia, no esforço de intermediar um processo de paz que vai se distanciando pelo radicalismo de alguns contendores. E vi o medo, a insegurança gerando a ingovernabilidade.

Todo o *board* da ACI testemunhou esta infindável guerra

entre Israel e Palestina, ao irmos de Jerusalém ao Ramallah, quando nossos ônibus foram agredidos por apedrejadores emboscados.

Fui à África e em vários países daquele sofrido continente assisti também ao crescimento da iniqüidade e da miséria, e à insuficiência do apoio externo.

Depois de ter participado da reunião de Seattle, vivi ao longo deste ano a tensão de Davos, de Praga e de Washington, quando centenas de ONGs, insatisfeitas com o comportamento das instituições representativas, públicas ou privadas, reclamaram agressivamente contra tudo o que representasse desigualdade.

Todos acompanhamos pela mídia a tragédia do Zimbábue, da Indonésia, as surpreendentes eleições norte-americanas, o terrorismo ideológico do ETA e o horror gratuito das bombas em metrôs e aeroportos de países ditos civilizados. Episódios insólitos, como o de Pinochet no Chile, atestam a instabilidade dos sistemas políticos.

Carros-bomba, homens-bomba e bombas-bomba destroem e matam.

Tudo isto sem falar das questões econômicas, manobradas ou não por setores poderosos, que criam e derrubam riquezas a partir do nada.

A solidariedade, a ética, o coletivismo cada vez mais cedem espaço para a ambição, o egoísmo, o individualismo, e isso se traduz na incapacidade dos ricos – países, instituições ou pessoas – para ajudar a resolver os problemas reais dos mais fracos.

E tudo isso deságua em uma sensação, aterrorizadora: a de que a paz está em cheque. A sensação de que estamos deixando para trás tempos de bonança e vamos entrando em outro quartel de obscurantismo.

Não faltam até as cassandras que juram estarmos voltando à Idade Média, quando os privilegiados se protegiam em fortalezas bem guardadas dos magotes de excluídos famintos, desesperados, que, não tendo nada a perder, tudo arriscavam.

Não compartilho desse pensamento, mas assusta-me, sem dúvida, o sentimento de inconsistência e de insustentabilidade da paz.

Esta é a sensação.

Vamos agora ao sonho.

Em todo o cenário dramático que lhes mostrei, o cooperativismo, esse fenômeno de união entre homens de todos os credos e cores, está cumprindo um papel fantástico. Na África, no Leste europeu, na Ásia, na América Latina, em países ricos da UE e da América do Norte, as cooperativas estão resgatando os valores básicos da eqüidade e reconstruindo o tecido social esgarçado pelo abismo entre as classes.

Como agentes silenciosos do Bem, cooperativas de todos os setores vão gerando empregos ao redor do mundo todo, combatendo assim a exclusão social. Vão também juntando pessoas individualmente débeis e transformando-as em conjuntos poderosos, capazes de barrar a concentração de riqueza.

Vão com firmeza e determinação, embora sem o explícito desejo de consegui-lo, se tranformando em bastiões de recuperação da democracia e da paz. Como braço econômico da organização social, as cooperativas se transformam em parceiros perfeitos para governos democráticos na construção da justiça social, da distribuição da renda, da defesa do meio ambiente, da segurança alimentar, do pleno emprego.

Permitamo-nos sonhar alto: somos 800 milhões de cooperativistas pelo mundo afora. Com nossas famílias, somamos 40% da população do planeta, unidos pela mesma doutrina, pelos mesmos valores e princípios básicos da ajuda mútua. Somos o mais poderoso exército que jamais a humanidade pôde conceber, capaz de defender a democracia e a paz, em toda a história universal.

Somos o mais poderoso exército que jamais a humanidade pôde conceber, capaz de defender a democracia e a paz, em toda a história universal.

Nós podemos! Nós podemos melhorar a herança de nossos pósteros. Nós podemos. Talvez não exista outro movimento mais apto que o cooperativismo para fazer isto.

Basta querermos, basta assumirmos esse compromisso bíblico com o futuro, basta colocarmos mãos à obra. Porque temos a base doutrinária para isso, para o resgate da solidariedade e da não discriminação. Nós temos a prática da democracia econômica.

Nós podemos.

Mas não basta poder. É preciso fazer.

Vamos, embalados por esta maravilhosa doutrina cooperativista, construir a paz que garantirá a nossos netos um mundo melhor, pelo qual lutaram nossos pais e avós.

Para isso, organizemos nossas cooperativas com rigor e profissionalismo, como empresas inseridas no mercado competitivo e eficiente.

E façamos delas a ponte entre o mercado e a felicidade das pessoas, todas, em qualquer parte do mundo.

Convençamos os governos de que eles precisam mais de nós do que nós deles, e que eles devem estabelecer leis que não nos marginalizem.

Vamos atrair mais mulheres e mais jovens para perenizar nossa ação.

Vamos convencer a sociedade de que somos melhores e que estamos prontos a contribuir.

Vamos, enfim, transformar o sonho em realidade. Lembremo-nos, uma vez mais, de John Lennon:

"You may say I am a dreamer

But I'm not the only one

I hope some day you will join us

And the world would be one."

Bandeira de paz

Para o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, num mundo com desemprego, crédito difícil, gente sem teto, sem terra e sem instrução escolar, o "ideário do cooperativismo precisa fazer-se mais conhecido e arrebanhar mais pessoas. Na idéia e na prática, o cooperativismo é bandeira de trabalho solidário e de paz". Essas palavras marcaram seu discurso na abertura do Rio Cooperativo deste ano, do qual reproduzimos os momentos principais.

"Senhoras e senhores,

(...)

Foi no final do século XIX que o cooperativismo formal começou a se instalar por aqui. Lentamente, até porque havia pouco tempo que o Brasil tornara-se República, há exatos 111 anos. Depois, vieram os imigrantes, da Europa e da Ásia; gente valorosa que trazia no peito e nos braços ânsia admirável por trabalhar e progredir, e no coração, sementes pródigas de cooperação. E nos multiplicamos formando um povo variado nas origens e rico nas experiências legadas pelos antepassados.

Foi em meados deste século que o cooperativismo de produtores rurais adquiriu pujança no Brasil. O governo estabelecera políticas avançadas de desenvolvimento, era preciso dilatar as fronteiras agrícolas e ampliar a ocupação do território nacional. Foram as cooperativas agropecuárias as grandes organizadoras de comunidades rurais e parceiras fiéis do Estado na construção do desenvolvimento.

O crescimento dos processos cooperativos no setor rural impulsionou o desenvolvimento dos demais ramos nas cidades – crédito, habitação, educação, saúde, produção industrial, trabalho profissional e prestação de serviços. Mais e mais pessoas passam a entender a vantagem de se tornarem empreendedoras em grupos solidários para enfrentar as exigências, as agruras até, que o mundo globalizado trouxe.

Fato novo admirável é o surgimento de cooperativas de pessoas de baixa renda, ou sem renda, ou excluídas, que encontram, na ajuda mútua do grupo organizado, a reconstrução de suas vidas. Várias organizações têm-nos ajudado abnegadamente nessa tarefa missionária de melhorar a vida dos desvalidos e colocá-los em estrada que leva a destino certo.

Mas é preciso fazer muito mais, o mundo está carregado de aflições. Desemprego, crédito difícil, deficiências no setor de saúde, gente sem teto, sem terra e sem instrução escolar, infância perdida nas ruas, idosos desamparados – são problemas que afligem as populações. Para muitas pessoas, o futuro vem perdendo-se em incertezas. Lembrando os jovens, é triste ver a desesperança e o desânimo em suas faces, a falta de trabalho e renda exaspera-os.

E a violência urbana cresce, suas causas são sobejamente conhecidas. Não podemos assistir impassivelmente aos desníveis de riqueza e educação entre uma minoria social aquinhoada e a massa enorme dos mais pobres, miseráveis e famintos. Estamos sempre a repetir: o ideário do cooperativismo precisa fazer-se mais conhecido e arrebanhar mais pessoas, muito mais. Precisa comprovar-se sobre fatos. Para que todos o entendam vendo-o acontecer, e o prefiram como caminho para a vida.

Na idéia e na prática, o cooperativismo é bandeira de trabalho solidário e de paz. Neste evento, fique então outra vez ressaltado que abominamos as ditaduras e as guerras. As lições da história da humanidade bastam, por si sós, para mostrar que a cooperação e a democracia são valores inequivocamente insubstituíveis e que é loucura suicida buscar construir paz com armas de guerra, destruição e derramamento de sangue. Aos beligerantes – governantes e governados – proclamamos: os processos cooperativos, estes sim, podem reordenar seus países e melhorar a sorte de suas populações.

Viemos de vários pontos do país e do mundo para, juntos, lançar os olhos no passado e no horizonte do futuro. Neste Rio Cooperativo 2000, que ecoará profundamente nas gerações futuras, perguntemo-nos:

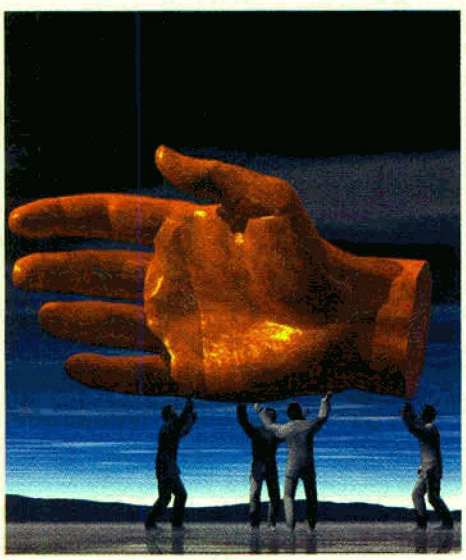
Nossa identidade cooperativa, que aperfeiçoamentos deve receber?

Como devemos caminhar num mundo visivelmente mais conturbado?

Que instrumentos de desenvolvimento, pela via da intercooperação, devemos determinar para garantir a eficiência do cooperativismo e ajudar os povos?

Mostremos uns aos outros nossas realidades e experiências e apontemos estratégias para o futuro, sem perder de vista dois enunciados de relevante grandeza: o primeiro – que o cooperativismo é uma promessa perene de bem-estar das pessoas e das sociedades; o segundo – que o cooperativismo tem de ser vanguarda na preservação da paz e da justiça social. Investiguemos, pois, estratégias inovadoras para o fazer e progredir, em benefício dos membros cooperados e em benefício dos povos. Tracemos concretamente o destino do cooperativismo para sua caminhada em novo século e novo milênio. O futuro, agora, está posto em nossas mãos. Que o Cristo do Corcovado continue a nos abençoar.

Sejam muito bem-vindos, nós os festejamos a todos. Recebam nosso fraternal abraço. Muito obrigado."



Revitalização limitada

Algumas dificuldades de ordem técnica têm impedido às cooperativas a plena utilização do Recoop

O Recoop tem por objetivo reestruturar, modernizar e capitalizar as cooperativas agropecuárias, visando o seu desenvolvimento auto-sustentado em condições de competitividade para a manutenção, geração e melhoria da renda rural.

Nos dois anos do Recoop, 15,6% dos recursos destinados pelo Tesouro Nacional foram utilizados por 108 cooperativas agropecuárias, cujas propostas aprovadas pelo Comitê Executivo representam 34% de todas as propostas apresentadas.

A não-obrigatoriedade de que as instituições financeiras operem o Recoop e o viés técnico encontrado pelas cooperativas de contratarem o Programa quando lidam com rubricas do INSS e com a fonte dos fundos constitucionais têm sido entraves à utilização mais ampla do benefício.

O encerramento do Programa foi adiado para 30 de junho deste ano, e até essa data ainda estarão sendo realizadas operações bancárias pelas 322 cooperativas que tiveram seus projetos aprovados.

Recoop: operações contratadas

Agente financeiro	Nº coop.	Valor contratado (R$ milhões)		
		Alongamento	Recursos novos	Total
BB	95	209,76	99,09	308,85
BRDE	16	65,43	54,65	120,08
Bcos.cooperativos	1	14,48	0	14,48
Demais AF	13	49,9	4,23	54,13
Total		339,56	157,97	497,54

Fonte: Sistema OCB.
Elaboração: OCB/Getec.

Recoop: valores aprovados e contratados

R$ milhões

Fonte de recursos	Aprovado comitê	Contratado bancos	Participação %
*Alongamento	1.100,00	192,73	17,54%
*Fonte Recoop	2.100,00	304,81	14,51%
. Alongamento	730,00	146,83	20,11%
. Recursos novos	1.370,00	157,97	11,53%
Total geral	3.200,00	497,54	15,55%

Fonte: Comitê Executivo e Sistema OCB.
Elaboração: OCB/Getec.

Principais financiadores

Agente financeiro	Nº coop.	Valor contratado (R$ milhões)		
		Alongamento	Recursos novos	Total
BB	103	34,72	100,25	134,96
Bcos.cooperativos	3	17,18	0	17,18
Demais AF	40	94,94	35,32	130,26
Total		146,83	135,57	282,41

Fonte: Comitê Executivo e Sistema OCB.
Elaboração: OCB/Getec.

Recoop: estatística do acompanhamento

• Cartas-consulta encaminhadas para o Comitê (fev.98)	652
• Cartas-consulta enquadradas pelo Comitê (jun.98)	439
• Projetos encaminhados para o Comitê (set.98)	338
• Projetos aprovados pelo Comitê (jul.99)	322
• Projetos contratados pelos agentes financeiros* (até 19.01.01)	108

*Considerando a contratação por cooperativa, independente dos AF.
Fonte: Comitê Executivo e Sistema OCB.
Elaboração: OCB/Getec.

Recoop: contratação por estado e instituição financeira

Instituição financeira

Estados	Aprovado comitê	Instituição financeira			
		BB	BRDE	Demais	Total*
Alagoas	1	0	0	1	1
Amazonas	1	0	0	0	0
Bahia	7	0	0	0	0
Ceará	9	0	0	2	2
Distrito Federal	1	0	0	0	0
Espírito Santo	6	1	0	0	1
Goiás	10	4	0	0	4
Maranhão	4	0	0	0	0
Minas Gerais	64	19	0	0	19
Mato Grosso do Sul	6	1	0	0	1
Mato Grosso	10	2	0	0	2
Pará	3	0	0	0	0
Paraíba	3	0	0	0	0
Pernambuco	2	0	0	0	0
Piauí	7	1	0	0	1
Paraná	37	20	10	5	24
Rio de Janeiro	11	3	0	0	3
Rio Grande do Norte	1	0	0	0	0
Rondônia	2	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	68	16	5	3	20
Santa Catarina	28	20	1	0	20
Sergipe	3	0	0	1	1
São Paulo	34	8	0	2	9
Tocantins	4	0	0	0	0
Brasil	322	95	16	14	108

*Considerando a contratação por cooperativa, independente dos AF.
Fonte: Comitê Executivo e Sistema OCB. Elaboração: OCB/Getec.

Recoop:

A. Resumo da contratação por agente financeiro

Agente financeiro	Alongamento				Recursos novos						
	Cotas-partes	Securitização	Outras dívidas	Total	Cooperados	Fornecedores	Tributos	Recebíveis	Investimento	C. Giro	Total
BB	225,3	107,3	276,4	609,0	25,9	34,8	44,9	96,9	264,7	93,8	561,1
Bcos. priv. nac.	4,4	12,0	124,0	140,4	0	0	13,4	3,2	13,0	11,5	41,1
BNB	0	0	0,9	0,9	0	0,2	0	1,4	1,3	0,2	3,1
BRDE	9,8	0,2	72,2	82,1	0	1,2	0	0	70,2	6,4	77,8
Bco. liquidação	1,4	2,0	0	3,4	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1,4	3,1	83,8	88,3	11,3	0	10,2	0	5,9	1,1	28,4
Total	242,4	124,5	557,2	924,1	37,2	36,2	68,5	101,4	355,2	113,0	711,5

B. Valores contratados pelos agentes financeiros.

Agente financeiro	Alongamento				Recursos novos						
	Cotas-partes	Securitização	Outras dívidas	Total	Cooperados	Fornecedores	Tributos	Recebíveis	Investimento	C. Giro	Total
BB	144,1	18,1	47,6	209,8	1	2,6	0,5	8,4	50,3	36,3	99,1
Bcos. priv. nac.	2,0	2,8	59,2	64,1	0	0	1,4	0	0,6	0,4	2,5
BNB	0	0	0,3	0,3	0	0	0	0,2	1,3	0,2	1,8
BRDE	3,6	0	61,8	65,4	0	0	0	0	51,8	2,9	54,7
Bco. liquidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	14,4	14,4	0	0	0	0	0	0	0
Total	149,7	20,9	183,3	339,6	1	2,6	1,9	8,6	104,1	39,8	158,0

C. Percentuais de atendimento (A/B). (Em %)

Agente financeiro	Alongamento				Recursos novos						
	Cotas-partes	Securitização	Outras dívidas	Total	Cooperados	Fornecedores	Tributos	Recebíveis	Investimento	C. Giro	Total
BB	64	17	17	34	4	7	1	9	19	39	18
Bcos. priv. nac.	45	24	48	46			10	0	5	3	6
BNB			34	34		0		18	100	100	57
BRDE	37	0	86	8		0			74	45	70
Bco. liquidação	0	0		0							
Outros	0	0	17	16	0		0		0	0	0
Total	62	17	33	37	3	7	3	8	29	35	22

Fonte: Cooperativas.
Elaboração: OCB/Getec.

Caminho aberto

Não há mais nenhum empecilho: os bancos cooperativos já podem atuar sem restrições em relação aos demais bancos

Com a publicação da Resolução 2.788 pelo Banco Central, caíram as últimas restrições à livre atuação dos bancos cooperativos brasileiros. É mantida a condição de controle do capital votante desses bancos pelas cooperativas centrais de crédito, o que é bem-aceito pelas lideranças cooperativas.

Questão de tempo

O Banco Central mantém ainda algumas restrições às cooperativas de crédito, controladoras dos bancos cooperativos. Elas continuam impedidas de ser integradas por pessoas físicas que não sejam do meio agrícola. As lideranças acreditam, no entanto, que é apenas uma questão de tempo para que caia também essa proibição, pois o Banco Central tem dado mostras de flexibilização à medida que percebe a consolidação do sistema cooperativo de crédito.

Ainda recentemente, através da Resolução 2.771, autorizou as cooperativas de crédito a funcionarem como correspondentes dos bancos cooperativos. O Bansicredi aproveitará essa permissão para intensificar sua presença nas cidades do interior, passando a atender especialmente a pessoas jurídicas, que até então não podiam ter acesso aos bancos cooperativos. Essa liberação do Banco Central vai permitir a expansão dos serviços prestados hoje pelos dois bancos cooperativos existentes no Brasil, o Banco Cooperativo Sicredi – Bansicredi – e o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob.

Trabalho de integração

O sistema de crédito cooperativo das Unimeds começa a integrar o banco cooperativo Bansicredi já no primeiro semestre do próximo ano. As primeiras cooperativas a integrarem o banco, ainda no primeiro trimestre de 2001, serão as do Norte e Nordeste, envolvendo 11 estados.

O trabalho de integração começará por Belém. No entanto, as cooperativas do sistema Unicred de Santa Catarina, do Centro-Oeste e de outras regiões decidiram integrar o Bansicredi, abandonando a idéia de alguns estados de constituir um banco próprio.

Estima-se que até o final do próximo ano a maioria das cooperativas de crédito do sistema Unicred estará integrada ao banco. Com isso, o Bansicredi, que já detém ativos superiores a R$1,2 bilhão, será fortalecido por parte considerável dos ativos das cooperativas de crédito do sistema Unimed, que hoje somam R$1,1 bilhão.

Ademar Shardong, que preside o banco cooperativo desde sua constituição em 1995, afirma que a tendência das cooperativas do sistema Unicred é passarem a atender a todos os profissionais da área de saúde interessados.

Crescimento de 40%

O Bansicredi atua atualmente em quatro estados – Rio Grande do Sul (onde surgiu), Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – através das agências existentes nas capitais desses estados e de 107 cooperativas de crédito espalhadas por 630 dependências. Entre associados e clientes atende a 410 mil correntistas. Seus ativos somam R$1,23 bilhão e o patrimônio líquido é de R$123 milhões. O balanço no final deste ano deverá mostrar um crescimento de 40%.

É um banco sólido e confiável, afirma Shardong, reportando-

se aos estudos publicados pela Fundação Getúlio Vargas e pela Risk Bank (Lopes e Filhos). Segundo a FGV, o Bansicredi é o quarto banco em crescimento e o segundo em crescimento da tesouraria. E a Lopes e Filhos o classificou como o banco de menor risco de longo prazo. Ocupa, no Brasil, a 72ª posição entre os 198 bancos. No Rio Grande do Sul é o segundo maior banco. No entanto, o Bansicredi cresce rapidamente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os últimos que o integraram.

Além disso, também se destaca no repasse de recursos do BNDES ao setor agropecuário, ocupando hoje a quarta posição entre os agentes repassadores.

Momento de amadurecimento

De olho num mercado que movimenta cerca de R$22 bilhões por ano, começou a operar no dia 2 de janeiro a Corretora de Seguros Ltda. (Corsecoop), constituída pelo Bansicredi, mas que até junho terá seu capital compartilhado com o Bancoob, passando a atuar em todo o Brasil. O assessor executivo do Bansicredi, Adão Vilmar de Oliveira, que coordenou a constituição da corretora, afirma que a agilidade será um importante diferencial da nova corretora. Hoje o Bansicredi já opera na corretagem de seguros através das agências instaladas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A constituição da Corsecoop marca um momento de amadurecimento do sistema financeiro cooperativista brasileiro, formado pelas centrais do Sicredi e do Sicoob. O Sicredi, presente em quatro estados, é a controladora do Bansicredi (primeiro banco cooperativo privado brasileiro) e a Sicoob, que controla o Bancoob, presente em 15 estados. Já consolidados, os dois sistemas cooperativos procuram expandir sua atuação prestando mais serviços aos integrantes das cooperativas de crédito e clientes. Hoje, somam 1.600 pontos de atendimento. A realização de parcerias estratégicas entre os dois sistemas tem sido buscada para aproveitar suas experiências e reduzir custos operacionais.

Uma corretora do sistema

O Bansicredi tem boa experiência na operação com seguros, tendo movimentado R$1,4 milhão em prêmios apenas no último mês de outubro. Com a entrada em funcionamento da corretora própria, sua atuação será ampliada através de sua matriz e quatro sedes regionais instaladas nas capitais, onde o Sicredi está presente: Porto Alegre, Curitiba, Cuiabá e Campo Grande. As seguradoras Vera Cruz e Icatu continuarão a ser as parceiras principais.

A integração do Banco à Corsecoop deve ocorrer até meados do próximo ano, o que permitirá uma grande ampliação de sua área de ação, pois o Bancoob tem 1.220 pontos de atendimento em todo o Brasil, através das cooperativas de crédito integrantes do Sicoob. O presidente do Bancoob, Raimundo Mariano do Vale, afirma que a parceria estratégica entre os bancos na corretora beneficiará todo o sistema cooperativo de crédito e seus clientes.

Cartão Cabal

O cartão de crédito Cabal foi lançado no dia 6 de dezembro, mesma data da assinatura do acordo entre organismos cooperativos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Na avaliação dos representantes dos países envolvidos, a transação foi a primeira ação de consolidação do tratado do Mercosul. O cartão Cabal é uma iniciativa ousada mas consciente, que rompe com o paradigma de que cartões são monopólios de grandes empresas.

A Cabal Brasil é resultado de parceria entre o Bancoob, que tem controle acionário de 51%, e a Cabal Argentina, com 49%. Durante o lançamento, o presidente da Cabal Argentina, Jorge Lorenzo, traçou as metas para 2001, entre as quais atingir o patamar de 1 milhão de cartões e a cifra de US$600 milhões em transações.

Os correntistas detentores do cartão Cabal poderão sacar dinheiro e pagar contas em 1.500 pontos e terão cerca de 780 postos de atendimento. A partir de agora, o cartão estará presente em todo o Mercosul. É uma importante parceria para atender às necessidades das cooperativas, principalmente as pequenas e as agropecuárias. Brasil e Argentina têm a mesma paixão pelo futebol e pelo cooperativismo.

No Brasil, o cartão Cabal será oferecido inicialmente em Minas Gerais e Santa Catarina.

Segundo o presidente do Bancoob, o Sicoob, controlador do banco, oferece um potencial de 400 mil associados em 15 estados brasileiros, através de 1.220 pontos de atendimento.

Os correntistas das cooperativas de crédito da Argentina, Uruguai, Paraguai, Cuba, República Dominicana e Brasil, portadores do cartão de crédito, poderão sacar dinheiro e pagar contas nesses países em suas viagens de negócios e de férias. Raimundo Mariano afirma que a parceria prova que o Sicoob já está preparado para administrar um cartão de crédito e pode até lançar um cartão de bandeira própria, mas considera estratégico manter o negócio com a Cabal da Argentina, em função dos interesses do Mercosul.

Bandeira argentina

Com o lançamento do Cabal no Brasil, a bandeira argentina passa a estar presente em sete países, onde os portadores do cartão podem fazer saques em 11 caixas automáticas. Na Argentina, há mais de 600 mil cartões, no Uruguai, cerca de 200 mil, e no Paraguai, 160 mil.

A rede Cabal opera em toda a Argentina, através de 42 instituições financeiras, entre bancos múltiplos, cooperativas de crédito e caixas populares. No Paraguai, são oito os bancos associados, 15 no Uruguai e um no Chile. A Cabal já tem uma parceria com os bancos brasileiros Bansicredi (Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e Banco do

Estado de Santa Catarina.

A chefe de recursos humanos da Cabal Argentina, Nora Tassistro, informa que a cooperativa adotou, como estratégia de atuação, o apoio ao desenvolvimento regional, sendo o cartão Cabal o primeiro do país de bandeira nacional, surgido há 20 anos. Atualmente opera em convênio com cerca de 200 mil estabelecimentos comerciais nos seis países onde atua, além das caixas da rede Cirrus, em todo o mundo. O presidente da Cabal Argentina estima que até o final do próximo ano haverá 1 milhão de cartões no mercado.

À solenidade do Bancoob, compareceram diversas autoridades cooperativistas, entre as quais o presidente da OCB, Dejandir Dalpasquale, o presidente da ACI Américas, Miguel Cardozo, os presidentes da Cabal no Uruguai e no Paraguai.

Falta 'marketing'

A eficiência da doutrina cooperativista está comprovada. Mas alguns de seus praticantes ainda não perceberam isso

VALDIR COLATTO

Fala-se muito sobre doutrina cooperativa e seus princípios, mas nem sempre eles têm sido adotados na prática.

A mídia, as áreas públicas, os sindicatos e os concorrentes das cooperativas fazem sua parte: maximizam os casos excepcionais de cooperativas que não são os melhores exemplos e minimizam a regra geral, que é a grande maioria do cooperativismo brasileiro e mundial – exemplo de boa gestão e cumprimento preciso de seu papel socioeconômico.

Alternativa acertada

A família cooperativista do Brasil tem o que mostrar: são mais de 6 mil cooperativas, 6 milhões de cooperados e 167 mil empregados – 50% mais que os empregados de poderosas indústrias automobilísticas nacionais, nas quais se somam mais de 21 milhões de brasileiros ligados ao cooperativismo entre cooperados, funcionários e seus familiares.

No mundo, somos 800 milhões de cooperativistas. Somados a três pessoas por família, chegamos a 2,5 bilhões, quase 40% dos habitantes do planeta Terra.

Poderoso em números, há mais de 150 anos o cooperativismo tem demonstrado que é a melhor alternativa para a solução dos problemas econômicos e sociais.

Em nossos dias, é de longe a alternativa mais acertada para implementar soluções quanto aos problemas da exclusão social e dos chamados pequenos no contexto do neoliberalismo e da globalização sem volta.

O ovo da pata

Por que o cooperativismo brasileiro tem barreiras e não é adotado pelo poder público e pela sociedade como solução para nossos problemas socioeconômicos?

Os ofendidos que me perdoem, mas acho que falta competência aos líderes e dirigentes de todo os níveis do sistema cooperativo para uma proposta de acordo com os princípios básicos do cooperativismo.

Se realmente o cooperativismo é o ovo da pata – que não canta ao botá-lo – e por isso não se lhe dá o valor devido, está na hora de o cooperativismo pôr seus ovos como as galinhas e cacarejar bem alto para que todos vejam e valorizem seus resultados.

De olhos bem abertos

O Rio Cooperativo 2000 não foi apenas mais um encontro de discussões e propostas infrutíferas do cooperativismo brasileiro e mundial. Ele foi o último e maior evento desse final de milênio. Foi uma oportunidade para mostrar exemplos, produtos e serviços do cooperativismo e definir, de uma vez por todas, sua identidade. Agora, é hora da doutrina cooperativa frutificar em projetos, mostrar sua cara, dizer o que quer e onde se propõe a chegar.

O cooperativismo tem tudo para enfrentar vitoriosamente o terceiro milênio, com resultados reais e concretos, voltados para aqueles que são os donos das cooperativas – os cooperados.

Mas é preciso refletir de olhos abertos, que o longe é perto, e se o que vale é o sonho, ele vale muito mais quando se realiza.

Valdir Colatto é engenheiro agrônomo, superintendente da OCB e coordenador-geral do Rio Cooperativo 2000.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Dezembro	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	% acumulado no ano	% acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,64	1,587	1,667	3,226	22,000	4,918
Amendoim em casca (kg)	0,58	-6,452	13,580	-39,583	130,000	-36,957
Arroz em casca (kg)	0,24	0,000	0,000	-14,286	-12,500	-14,286
Banana (dúzia)	0,38	2,703	0,000	-15,556	15,385	-15,556
Batata-inglesa (kg)	0,50	-15,254	-7,407	138,095	-32,432	100,000
Cacau (15kg)	21,78	1,302	-0,237	-13,054	5,426	-13,777
Café em coco (kg)	1,00	-7,407	5,405	-36,306	30,000	-35,897
Cana-de-açúcar (t)	23,70	3,811	1,496	58,528	-6,395	58,741
Feijão (kg)	0,63	1,613	0,000	-3,077	-32,407	-13,699
Fumo em folha (kg)	2,29	3,153	0,881	0,881	10,628	0,000
Laranja (cento)	2,27	-3,404	1,456	6,075	-39,943	8,612
Milho (kg)	0,18	-10,000	4,762	-21,739	37,500	-18,182
Mandioca (t)	71,75	13,081	4,472	-20,534	20,526	-18,103
Soja (kg)	0,31	6,897	0,000	6,897	47,619	0,000
Tomate (kg)	0,40	-6,977	-14,583	-11,111	20,588	-2,439
Trigo em grão (kg)	0,22	0,000	0,000	10,000	33,333	10,000
Cebola (kg)	0,36	-12,195	-12,195	20,000	-16,279	0,000
Mamona (kg)	0,38	2,703	30,303	-30,909	65,385	-11,628
Pimenta-do-reino (kg)	3,20	-17,526	9,505	-60,976	96,635	-60,880
Sisal (kg)	0,33	6,452	7,407	10,000	3,571	13,793
Bezerro até um ano (cabeça)	203,85	-0,498	2,354	21,614	25,754	25,330
Boi gordo para corte (15kg)	39,12	0,488	0,195	8,667	31,664	8,636
Vaca leiteira de raça (cabeça)	820,82	-3,031	0,158	9,822	8,878	12,260
Vaca leiteira comum (comum)	481,04	-2,513	1,373	17,559	10,471	19,114
Suíno para corte (15kg)	21,21	4,175	1,021	6,476	21,201	7,230
Frango/galinha para corte (kg)	1,11	-0,893	6,796	8,824	26,437	0,909
Leite (litro)	0,30	-6,250	0,000	3,448	20,833	3,448
Lã (15kg)	27,99	-12,749	4,816	18,451	54,697	11,826
Ovos (dúzia)	0,91	4,598	3,529	8,333	20,548	3,409
Mel de abelha (litro)	5,82	2,646	-0,170	9,605	7,326	-0,683
Boi magro (cabeça)	364,96	2,084	4,684	20,191	19,994	22,779

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos média	Lavouras[1]	Lavouras-Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Set/00	170,351	177,009	154,071	150,128	163,929	163,442	188,373	188,497	158,566	205,275	298,332	203,948
Out/00	170,630	173,783	159,080	150,535	164,259	163,571	188,735	187,751	158,506	204,941	297,670	203,801
Nov/00	171,009	173,163	160,864	148,822	163,845	164,132	189,967	187,903	158,193	205,703	294,932	203,795
Dez/00	172,148	177,472	157,355	147,263	163,960							

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.



III Seminário Internacional do Café

Rio de Janeiro, 19 e 20 de Março de 2001

Hotel Sofitel Rio Palace

Participe deste Seminário Internacional em que renomados especialistas debaterão o desempenho, os riscos e as oportunidades do setor cafeeiro para as próximas safras.

O Programa de Conferências:

O papel da APPC
Sr. Sérgio Amaral, Embaixador

O BB e o setor cafeeiro
Sr. Ricardo Conceição, Banco do Brasil

A APEX e o café
Sra. Dorothea Werneck, APEX

O papel do CDPC
Gilson Ximenes, representante do setor privado no CDPC

O novo Acordo do Café
Sr. Celsius Lodder, OIC

A política brasileira do café
Sr. Paulo César Samico, Ministério da Agricultura

O setor cafeeiro da América Central
Sr. Herbert de Sola, El Salvador

O setor cafeeiro mexicano
Sr. Pablo Salazar, Governador do Estado de Chiapas

Mudanças na indústria de futuros e seus impactos no café: NYBOT e outras Bolsas
Sr. Mark Fichtel, Presidente & CEO - NYBOT

O setor cafeeiro colombiano
Sr. Jorge Cardenas - Federação Colombiana de Café

Cafés brasileiros - a BM&F como instrumento de hedge
Sr. Paulo Roberto Garbato - Diretor da BM&F

Volatilidade das moedas - técnicas para novos mercados
Sr. Eric Nadelberg

A tendência do consumo mundial
Sr. Luiz Otávio Araripe

Investimentos do Brasil em marketing
Sr. Carlos Brando

A safra brasileira de 2001/2002
Sr. José Braz Matielo

As persistentes quebras da produção brasileira de café
Sr. Antônio de Pádua Nacif

Bussines to Bussines-B2B no café
Sr. Michael J. Corcoran, USA

O café brasileiro e o mercado mundial
Sr. Jorge Esteve Jorge, CECAFÉ

Discurso de Abertura:

Ex^mo. Sr. Marcus V. Pratini de Moraes, Ministro da Agricultura

Inscrição: R$ 390,00 por pessoa.
Mais informações: (21) 518-8348 ou 518-9372 Fax (21) 518-8762
E-mail: rj2001@attglobal.net

Tendências
MERCADO INTERNO

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de janeiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 2001. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2000. Os preços de janeiro de 2001 são nominais.

Por Carlos Cogo*, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Rogério Ferreira de Souza

Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

O início da colheita em São Paulo e no Paraná, e a estimativa de uma safra de 860 mil toneladas de pluma, associada à queda dos preços internacionais, pressionam para baixo as cotações do produto no mercado doméstico.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

O início da colheita na região Sul, mesmo com a projeção de recuo na safra total do Mercosul, associado aos elevados estoques finais projetados para a safra 2000/2001, provocam baixa nas cotações domésticas.

Boi gordo R$/arroba

As barreiras sanitárias às exportações de carne bovina ao Canadá e a outros países do Nafta provocam recuo nos preços da arroba pagos aos produtores.

Café tipo 6/R$/sc. 60kg

Ainda existem dúvidas quanto à efetividade do programa de retenção, cujo engajamento dos demais países será tema de reunião da APPC, a realizar-se em Londres. É grande a resistência à venda por parte dos detentores de estoques. Aumenta a pressão da lavoura para que o governo prorrogue o vencimento de suas dívidas.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

O recuo na produção da primeira safra, as adversidades climáticas na colheita e a projeção de uma menor produção nas três safras de 2000/2001 mantêm as cotações estáveis no mercado interno.

Frango vivo R$/kg

O setor começa o ano em condições de equilíbrio, após a redução do alojamento de matrizes no terceiro trimestre de 2000. Houve uma queda de 5,48% no alojamento durante o ano, comparado a 1999. A situação é bem mais confortável em relação à vivida há 12 meses. A redução do preço do milho diminui a pressão no custo de produção e a rentabilidade volta para o criador. Em termos de preço, o mercado segue estável.

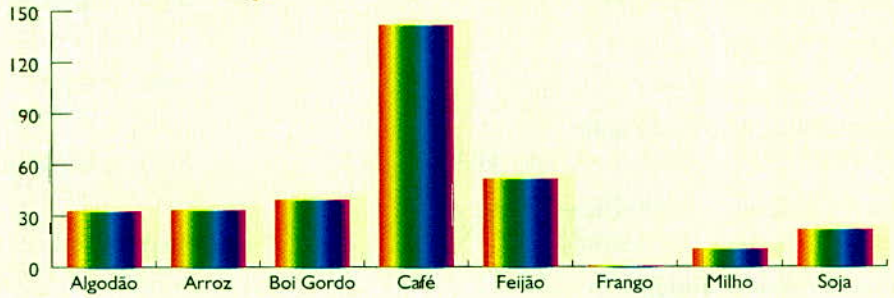
Milho amarelo semiduro R$/60kg

Diante das boas condições climáticas no país, pode-se acreditar em uma grande colheita, de 16% a 18% acima da safra passada. O governo anuncia medidas para evitar um aviltamento demasiado dos preços. As operações de aquisição do governo federal – AGFs – poderão chegar a 2 milhões de toneladas. Estuda-se também o pagamento do crédito rural com o produto. As perspectivas de exportações variam de 200 mil a 500 mil toneladas. Em 2000 o Brasil importou 1,8 milhão de toneladas. As cotações não se sustentam e a tendência é de baixa. Isso certamente desestimulará o plantio do milho safrinha.

Soja grão industrial R$/60kg

A aproximação da colheita de uma safra recorde em 2000/2001 e a expectativa de uma safra recorde na América do Sul, que pressiona as cotações futuras em Chicago, mantêm as cotações estáveis no mercado doméstico.

Preços médios 01-20 dezembro de 2000



Mercado interno

Produtos	Janeiro 2000	Dezembro 2000	02-19 janeiro	15-19 janeiro	Tendências
Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disp.	36,55	32,32	33,12	32,95	Baixa
Arroz agulhinha – R$/sc. 60kg	36,24	30,06	33,73	35,00	Baixa
Boi gordo – R$/arroba	45,74	40,81	39,61	39,63	Baixa
Café tipo 6 – R$/sc. 60kg	277,94	147,30	141,95	148,66	Estável
Feijão carioquinha especial – R$/sc.60kg	41,23	42,95	51,86	52,60	Estável
Frango vivo – R$/kg	0,98	1,01	0,86	0,80	Estável
Milho amarelo semiduro – R$/60kg	18,77	11,48	10,72	10,30	Baixa
Soja grão industrial – R$/60kg	21,19	20,88	22,00	22,00	Estável

4ª CONFERÊNCIA ANUAL DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

Mais de 300 executivos já participaram! Participe você também do maior encontro anual de Açúcar & Álcool no Brasil

Crie Diferenciais para seu Negócio Através de Estratégias Inovadoras para o Setor de

Açúcar & Álcool

21 e 22 de março de 2001
Residence Green Place
São Paulo/SP

Cenários Nacional e Internacional • Estratégias de Curto, Médio e Longo Prazo • Novos Mercados Novos Negócios • Matriz Energética

Seminário Pós-Conferência

Quinta-feira, 22 de março de 2001

Viabilização de Projetos de Co-geração e Comercialização da Energia Excedente

Líderes: USINA CAETÉ - GRUPO CARLOS LYRA • CENBIO • CPFL • KOBLITZ • LACAZ MARTINS, HALEMBECK, PEREIRA GUREVICH & SCHOUERI • BANCO ITAÚ DE INVESTIMENTOS

Com as participações de:

UNICA • BANCO DO BRASIL • CENBIO
ADS TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ABACC • CONSULTEC • USINA ALTA MOGIANA
COINBRA S.A. • APN CONSULTORES ASSOCIADOS
FORTUNE CORRETORA DE MERCADORIAS
MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BRASIL
PR CONSULTORIA E ASSESSORIA
CANAPLAN ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Apoio: AGROANALYSIS – A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Organização: ibc – INTERNATIONAL BUSINESS COMMUNICATIONS – "Investing Business with Knowledge"

Apoio Oficial: UNICA

Informações e Inscrições:
FONE: (11) 258.5310/3017.6888
FAX TOLL-FREE: 0800.114664 - www.ibcbrasil.com/ac115001

Tendências
MERCADO EXTERNO

Açúcar US¢/lb. peso mundial branco

▶ A produção mundial deve aumentar mais de 6 milhões de toneladas em 2001/2002, estimulada pelos altos preços pagos atualmente, mas a demanda também deve crescer e pela primeira vez em sete anos a produção não vai conseguir cobrir o consumo, levando à redução dos estoques e ao reequilíbrio da oferta e demanda, mantendo estáveis os preços futuros.

Algodão I-1/16" US¢/lb. peso

▲ O consumo mundial deve exceder a produção em 900 mil toneladas em 2000/2001. Os preços subiram de US$0,60 em agosto/2000 para US$0,66/libra em 2001. A produção mundial deverá continuar abaixo do consumo e a média do Cotlook A deverá ficar em US$0,71/libra em 2001/2002.

Cacau Bahia US$/t

▲ Com o atraso na entrada do cacau das origens e a escassez do produto nesse início do ano, principalmente no mercado europeu, o mercado reagirá em alta no curto e médio prazos.

Café contrato com Nova York US¢/lb. peso

▶ Há informações sobre atraso nas colheitas da América Central e de quebra na safra mexicana. Permanecem as dúvidas quanto à efetividade da retenção promovida pela APPC, cujos representantes devem se reunir em Londres no fim de janeiro. A normalização climática no Brasil reforça a crença de que a oferta superará a demanda nos próximos meses.

Milho two yellow US¢/bushel

▼ A última previsão de safra do Departamento de Agricultura diminui o tamanho da produção norte-americana de 255,38 milhões para 253,20 milhões de toneladas. Essa informação daria sustentação às cotações, se não viesse acompanhada de quedas nas exportações, de 55,38 milhões para 54,61 milhões de toneladas, com aumento nos estoques de 44,55 milhões para 45,87 milhões de toneladas. Assim, os preços prosseguirão em baixa, podendo até atrapalhar as intenções comerciais do Brasil quanto à exportação do produto.

Soja grão one yellow/bushel

▼ A proximidade da colheita de uma safra recorde na América do Sul, com o clima propício ao desenvolvimento da safra, associada à expectativa de aumento na área 2001/2002 nos EUA, mantêm a pressão baixista sobre as cotações futuras da soja grão.

Soja farelo de US$/t

▶ O aumento previsto na oferta da soja grão em 2001 anula o efeito esperado no aumento da demanda de farelo de soja pelos países europeus, mantendo estáveis as cotações futuras.

Trigo Soft Red US¢/bushel

▼ Pressionadas pelo fraco desempenho das exportações norte-americanas, pela queda nos preços dos complexos soja e milho e pelas notícias de condições climáticas favoráveis nas regiões produtoras de trigo de inverno, as cotações futuras nas Bolsas de Kansas City e Chicago apresentaram recuos significativos.

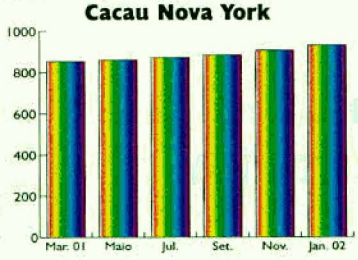
Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/Lb. peso mundial	Algodão I-1/16" US¢/Lb. peso	Cacau Bahia US$/t	Café contrato com Nova York US¢/Lb. peso	Milho two yellow US¢/bushel	Soja em grão one yellow US$/bushel	Farelo de soja US$/t	Trigo soft red US¢/bushel
Janeiro 2000	5,56	55,07	839,70	115,19	215,99	494,78	157,12	258,46
Dezembro 2000	9,72	65,45	740,05	67,78	214,78	505,97	191,09	272,71
02-19 de Janeiro	10,21	60,44	853,46	65,14	219,12	485,17	184,82	284,63
15-19 dezembro	10,06	60,65	963,50	68,16	216,69	473,63	176,75	284,44

Futuros



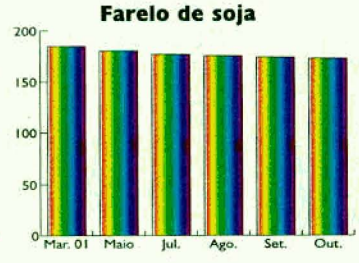


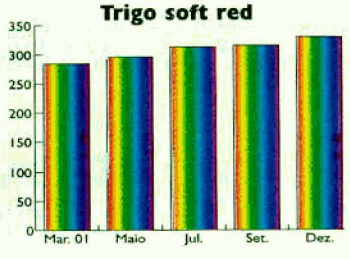












*Cogo é consultor da Agromercados Consultoria Agroeconômica Ltda.

Proteja a sua lavoura das pragas e doenças

A Cultivar é a única revista brasileira especializada no controle de pragas, doenças e plantas daninhas que afetam a sua lavoura. A começar pela sanidade e qualidade das sementes

Cultivar



Criação: Fabiane Rittmann / Foto: Anibal Molina

Assinaturas

Pedidos pelo telefone: (53) 272.2128 ou e-mail: cultivar@cultivar.inf.br

site: www.cultivar.inf.br

A conquista da diversidade

O Fórum Social Mundial identifica expectativas de mudança no modelo econômico e aponta alternativas

JOÃO ROBERTO LOPES



AS DIFERENtes expectativas sobre o que seria o Fórum Social Mundial, ocorrido em janeiro último, na cidade de Porto Alegre, não chegam perto da diversidade de impressões sobre o que de fato aconteceu na capital gaúcha. Isso já demonstra a grande repercussão alcançada pelo Fórum, inesperada até para o mais otimista de seus organizadores.

Marco histórico

Nos primeiros dias de trabalho não se conseguiria antecipar que sentido iria predominar no encontro.

Mais de mil representantes da imprensa mundial, 4.600 delegados inscritos, representando organizações civis de todo o mundo. Eram 1.500 estrangeiros vindos de aproximadamente cem países.

Os dias de trabalho estavam organizados em 16 painéis pela manhã, distribuídos por eixos temáticos, mais de 300 oficinas de trabalho à tarde e 20 testemunhos de líderes políticos à noite.

Em meio a tal pluralidade e a uma intensa e assídua participação nos trabalhos, os contornos do que acontecia foram se delineando ao longo do próprio evento. Sem dúvida, os significados e resultados que podemos vislumbrar, embora gestados em movimentos anteriores, são produto direto desse grande encontro da diversidade.

O Fórum Social Mundial significou, sem dúvida, uma novidade e um marco histórico na cooperação entre sociedades civis nacionais.

Bandeiras e resistências

O Fórum foi além do sentido inicial de contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que há mais de 30 anos reúne grandes empresários e representantes de governos em Davos, na Suíça, para a realização de negócios. Partindo de um efeito apenas simbólico, chegou-se à identificação de uma agenda internacional capaz de aproximar e gerar cooperação efetiva entre os povos.

Os que sofrem em seus países a aplicação da agenda única da liberalização comercial e financeira tiveram, em Porto Alegre, a primeira oportunidade de se identificar na coincidência e na interdependência de suas bandeiras e resistências.

O diagnóstico sobre a desestruturação das sociedades nacionais derivadas da globalização neoliberal revelou-se consensual entre os participantes.

Controle social do mercado

De um lado, a desregulamentação do mercado promovida pelas grandes corporações e pelos organismos multilaterais, impondo a flexibilização das relações de trabalho e da legislação sobre a propriedade intelectual e o meio ambiente. Na mesma trilha,



o livre fluxo de mercadorias e capitais financeiros levando, particularmente países como o Brasil, a um modelo que combina juros altos e dependência excessiva do mercado externo – modelo responsável pela interdição do crescimento e dos gastos sociais.

De outro lado, a liberalização como responsável por uma absurda concentração, via fusões e aquisições, de capitais nas mãos de corporações multinacionais que exercem, sobre Estados nacionais já débeis, um controle que privatiza recursos públicos.

Para os participantes do Fórum Social, trata-se de estabelecer um controle social sobre o mercado, sem o que não há possibilidade de produção de bens coletivos que faça reverter o atual processo de exclusão.

Agenda em marcha

Hoje pode-se dizer que há uma defesa comum, entre importantes setores das sociedades civis nacionais, da biodiversidade, de uma agricultura livre de transgênicos, de um desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, dos direitos dos trabalhadores, da promoção do mercado interno, do controle dos fluxos financeiros e de alternativas cooperadas de produção, comercialização e crédito.

O próprio resgate do setor estatal para sua finalidade pública, via democracia participativa, representa outra importante bandeira para a restituição dos investimentos sociais e da capacidade reguladora do Estado.

Para alguns restaria apontar como pôr em prática essa agenda, como se propostas nesse sentido já não estivessem sendo ensaiadas. Em Porto Alegre mesmo foram expostas várias iniciativas de caráter local e regional que apontam caminhos possíveis.

Alternativas brasileiras

No caso brasileiro, por exemplo, destacam-se iniciativas como o orçamento participativo, que permite a participação social no destino dos recursos públicos; a proibição por governos municipais e estaduais da produção e comercialização de alimentos transgênicos; e o incentivo à agroecologia.

Outro exemplo são as diversas experiências em que trabalhadores desempregados, subempregados ou na iminência de perder o emprego se associam, reiventando os sistemas de produção e distribuição da riqueza. São redes de trocas solidárias, cooperativas de microcrédito, serviço e produção. No Brasil, já ultrapassa 200 o número de iniciativas em que os trabalhadores associados tomam conta da produção de empresas, a maioria delas falida na última década.

Embora as experiências locais e regionais exibam um efeito demonstrativo e se encontrem muitas vezes associadas em rede, é certo que não são suficientes para a construção de um modelo alternativo. Até porque, em casos como nas respostas macroeconômicas, impõem-se iniciativas e propostas em âmbito nacional.

Campos de ação

Mesmo propostas de abrangência internacional, como a taxação sobre transações financeiras, anulação da dívida dos países do Sul e demoratização dos organismos multilaterais, dependem da mediação das esferas nacionais.

Talvez aqui esteja uma das maiores contribuições do processo iniciado pelo Fórum Social Mundial. Uma vez aproximadas as lutas e movimentos de resistência civil de diferentes nações, cria-se um ambiente internacional favorável, solidário à recuperação da esfera nacional como campo de ação e proposição daqueles que resistem à ordem neoliberal imperante.

É notório o atual esvaziamento político dessa esfera de atuação, que ocorre na proporção direta do definhamento do Estado nacional em benefício do mercado. A relação entre o local e o internacional não pode prescindir do elo nacional.

Certamente, com a restauração da luta política nas diferentes arenas nacionais, em diálogo permanente como as duas outras esferas, um outro mundo será possível.

João Roberto Lopes é pesquisador do Ibase e doutorando em ciência política pelo Iuperj.

Abaixo do esperado

Um debate pouco produtivo frustrou as expectativas sobre o Fórum Social Mundial

ARGEMIRO LUÍS BRUM

FINDOS O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, e o Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, Suíça, não chegam a ser animadoras as constatações iniciais sobre o inédito Fórum Social Mundial.

Ideologia do Fórum

Não há dúvida de que o Fórum foi importante. A possibilidade de se debater opiniões, argumentar e criar propostas alternativas, construtivas, ante a situação existente, sempre é fundamental em qualquer sociedade democrática.

O Fórum de Porto Alegre foi organizado por uma corrente política que sustenta a idéia de que o modelo socialista ou coisa semelhante ainda pode ser a solução para as desigualdades mundiais. No Brasil, e particularmente em nosso estado, essa corrente se concentra especialmente no PT. Assim, o encontro foi importante para que a sociedade, principalmente a nacional, tivesse uma idéia do pensamento dessa corrente.

Infelizmente, pouca coisa concreta se conseguiu – o que não é de estranhar, tamanha a diversidade de opiniões e interesses que ali circularam – e o documento final, se saiu, não saiu como se esperava. Nesse aspecto, o Fórum foi uma decepção.

Mais decepções

Apesar dessa pluralidade de idéias, não houve participantes liberais de fato, o que deu oportunidade a que os debates seguissem uma linha apenas de raciocínio, na maioria dos casos sem grandes propostas técnicas e científicas.

A tentativa de debate com os participantes do Fórum Econômico de Davos demonstrou claramente o despreparo dos representantes da chamada esquerda presentes ao Fórum – pelo menos entre os designados para o debate – com uma ou duas exceções honrosas.

Outra decepção foi o fato de que a imprensa acabou apoiando, talvez sem perceber, o que o Fórum ajudou a evidenciar: elementos relativamente obscuros e radicais, sem grandes compromissos de fato com a realidade geral do mundo, como José Bové, até aqui um anônimo agricultor do interior da França e que vem se notabilizando mais pelas arruaças que faz do que pelas idéias que tem.

Falou-se também do regime cubano, uma ditadura de 40 anos, que nivelou a economia do país por baixo, conseguindo sobreviver com o apoio submisso à então URSS, e que hoje se sustenta precariamente graças à abertura da economia ao capital estrangeiro, contraditoriamente no bom e velho estilo neoliberal; e do suposto representante da guerrilha colombiana (Farc), que ninguém sabe exatamente a que veio e quem era de fato, para citar apenas alguns representantes internacionais.

Fratura social

De conteúdo concreto, de propostas para que o mundo caminhe com mais igualdade econômica e social, pouca coisa apareceu. Talvez o debate sobre a Taxa Tobin tenha sido o mais interessante.

No mais, o Fórum serviu como desabafo de quem se acostumou a reclamar, esperando que o Estado, confundido quase sempre com o governo, encontre a solução de seus problemas.

O Fórum foi importante porque de alguma forma definiu quem são os interlocutores da proposta dita neoliberal – em geral confundida com globalização, que é algo mais amplo e irreversível, dado o avanço tecnológico das comunicações e informações.

Chamou também um pouco mais a atenção daqueles que realmente decidem sobre a economia mundial, e que estavam representados em Davos, na Suíça, ao evidenciar que existe uma fratura social importante no mundo atual que os encaminhamentos econômicos até aqui estão longe de resolver.

Salada de idéias

De tudo o que foi possível observar a respeito do Fórum Social, entre discussões e debates, ficou o sentimento de que a oposição ao atual modelo econômico mundial, dito neoliberal, se mostra distante do preparo necessário para apresentar um modelo alternativo concreto e convincente.

Isto assusta! Por mais problemático que seja o atual modelo – e ele tem problemas que precisam ser atacados e resolvidos urgentemente –, ainda parece mais interessante trabalhar com ele, aparando arestas e reformando-o aos poucos, na direção de um mundo socialmente mais justo, do que cair na tentação das mudanças radicais e engrossar a salada de idéias da propalada esquerda mundial que se fez representar em Porto Alegre.

Professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).

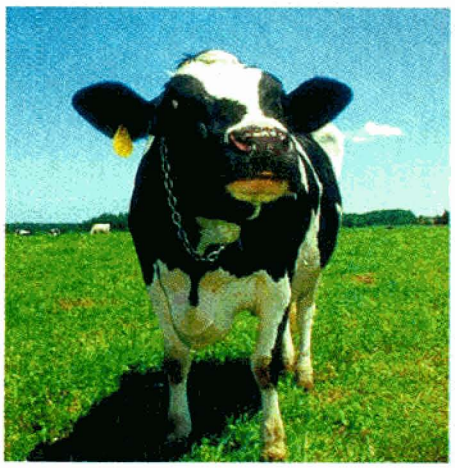
Deu a louca na carne

Em escala global ou continental, a doença da vaca louca causa celeuma e dá ensejo a retaliações comerciais

LUIZ ANTONIO PINAZZA

O RECRUDESCIMENTO dos casos de bovinos infectados com a doença da vaca louca no final do ano passado, na Europa ocidental, representa mais um desgaste para as autoridades sanitárias da União Européia.

Diante do barulho provocado pela eminente questão, até as discórdias candentes sobre transgenia em alimentos perderam espaço na mídia. Em clima de sensacionalismo, a doença causa surpreendente celeuma em países onde o mal nunca havia sido constatado.



Mundo em polvorosa

O alerta é geral. Serve para todos no mundo global. Informações e especulações brotam a cada momento. Agitam-se as vigilâncias sanitárias em quase todos os países.

A União Européia permanece atônita. Somente na Alemanha, os sindicatos projetam uma perda de 40 mil postos de trabalho ante a queda no consumo de carnes e salsicha. As vendas caíram até 80% em algumas regiões e mais de 90 pessoas morreram afetadas pela variável Creutzfeldt-Jakob no continente. A França sacrificou mais de 30 mil bovinos em janeiro. As estatísticas são macabras.

Os Estados Unidos guardam prudente silêncio. Uma suspeita da vaca louca totaliza 1.222 animais tratados com ingredientes proibidos desde 1997 no Texas. Os exames do Food and Drug Administration (FDA) detectaram no máximo 5,5 gramas por animal, um índice considerado baixo. A farinha utilizada é oriunda do próprio país.

Na Polônia há armazéns lotados de carnes vindas da União Européia. A preocupação com a alimentação dos animais bate às portas de países da

Alguns dados sobre a doença

- Encefalopatia espongiforme (EE): doença caracterizada pela degeneração progressiva do cérebro até ficar com a consistência de esponja.
- Nomes da EE:

Scrapie no rebanho ovino.

Mal da vaca louca ou encefalopatia espongiforme bovina (EEB) no rebanho bovino.

Creutzfeldt-Jakob em humanos.

- Sintomas:

Bovinos e ovinos: agressividade e falta de coordenação motora.

Humanos: com mais de 50 anos – contração muscular e demência.

- Causas:

Proteína anormal chamada príon.

Bovinos e ovinos: por alteração casual de suas proteínas, seja por determinação genética ou contaminação.

Humano: em 95% a doença se desenvolve naturalmente, e em 5% através de contaminação.

- Transmissão por ingestão de animais contaminados com a proteína príon.
- Tratamento desconhecido.

América Latina e da Ásia. Mais de 20 mil toneladas de carne européia foram embarcadas nos anos 90 para a Índia, Tailândia, Taiwan e Sri Lanka.

Brasil: calculadoras a postos

A crise da vaca louca detona mudanças nos fluxos comerciais dos bens alimentícios. A conta inicial aponta para maiores ganhos e menores perdas para os agronegócios brasileiros.

Se o europeu substituir a carne bovina por outras, as exportações nacionais de frango ganharão um impulso extra. Em 2000, em carne e miúdos de frango, foram exportados US$805,7 milhões. As empresas exportadoras devem preparar certificados sanitários garantindo que as aves não são alimentadas com rações derivadas de qualquer produto animal. Da mesma forma, com a proibição do uso da farinha de ossos na UE, o farelo de soja do país pode preencher um espaço avaliado em aproximadamente 1,5 milhão de toneladas.

Da parte das vendas externas de carne bovina, os exportadores guardam com justificativa ainda uma certa reserva. A Europa absorve quase 65% dos produtos do Brasil. Será necessário provar a qualidade e a segurança da mercadoria para o traumatizado consumidor europeu.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina – Abiec – criou o selo com a inscrição BSE Free. A intenção é mostrar que 99% do rebanho nacional é criado a pasto em regime extensivo, sem o emprego de suplementos alimentares. Além disso, todo um programa de marketing estará dirigido para o Leste europeu, que vinha adquirindo anualmente 600 mil toneladas por ano da UE.

Carnes acima de qualquer suspeita

Pelo desempenho de 2000, há razões de sobra para incertezas. No mercado internacional de carne bovina

Cronologia da vaca louca

- 1730: constatado o *scrapie* no rebanho ovino britânico, mal similar ao da vaca louca
- 1900: ração à base de ossos é usada na alimentação de ruminantes
- anos 50: cientistas descobrem a causa do *scrapie*: uma proteína infecciosa denominada príon
- ano 70: gordura de ovino é utilizada como ingrediente pelas fábricas de rações britânicas
- 1981: adoecem os bovinos alimentados com rações de ingredientes cujas fontes são os ovinos
- 1986: primeiros casos da manifestação da encefalopatia espongiforme (bovina EEB), a chamada doença da vaca louca, no rebanho bovino da Grã-Bretanha
- 1990: diagnosticada em consumidores ingleses a doença de Creutzfeldt-Jakob, um mal fatal que acarreta a degeneração do cérebro. A contaminação vem do consumo da carne de animais infectados com a doença da vaca louca
- março de 1996: União Européia decide banir a importação de carne bovina do Reino Unido
- abril de 1996: a Grã-Bretanha decide abater 38% de seu rebanho bovino. Mais de 3 milhões de animais são sacrificados.
- 1996: Brasil proíbe as importações de animais vivos, produtos industrializados, miúdos e material genético da Grã-Bretanha
- 1995 e 1996: despesas para combater a doença alcançam US$2,5 bilhões
- 1997: governo britânico confirma o número de 13 pessoas contaminadas por carne de animais portadores do mal da vaca louca
- novembro de 1998: União Européia vota pelo fim do embargo para as carnes de animais nascidos após 1º de agosto de 1996
- de 1990 a 1997: foram constatados 48 e 195 casos da vaca louca em rebanhos bovinos, respectivamente, na França e em Portugal
- 1998: constatados 17 casos em rebanhos bovinos na França, e 67 em Portugal
- 1998: com estoques de carnes de 540 mil toneladas, a União Européia decide subsidiar a exportação do produto
- julho de 2000: rebanhos são sacrificados na França por serem portadores do mal da vaca louca
- outubro de 2000: cadeia de supermercados franceses retira de suas lojas carnes suspeitas de contaminação
- novembro de 2000: a Itália proíbe a importação de animais adultos e de carne com osso da França
- novembro 2000: Alemanha e Espanha detectam os primeiros casos de vacas contaminadas. A Holanda registra o primeiro caso depois de 1 ano e meio
- dezembro de 2000: Brasil proíbe as importações de animais vivos, produtos industrializados, miúdos e material genético da Alemanha, França, Espanha e Portugal
- dezembro de 2000: UE decide suspender o uso de qualquer componente animal em ração, inclusive farinha de osso, para alimentação do rebanho. A medida entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2001
- janeiro de 2001: primeiro caso da vaca louca em rebanho bovino da Itália
- janeiro de 2001: UE anuncia gastos de US$937 milhões para controle da doença da vaca louca, adquirindo e incinerando 2 milhões de cabeças
- janeiro de 2001: desde 1987, registrados 189.725 casos de animais com a vaca louca, sendo 182.507 no Reino Unido
- fevereiro de 2001: constatada uma variante da Creutzfeldt-Jakob em consumidor da Coréia do Sul, decorrente da ingestão de carne contaminada com a doença da vaca louca
- fevereiro de 2001: Alemanha anuncia o sacrifício de 400 mil animais para coibir a disseminação da vaca louca. O operação custará aos cofres públicos US$180 milhões
- 2001: estoques de carne na UE devem ficar de 795 mil a 967 mil toneladas

BRASIL: IMPORTAÇÕES DE BOVINOS E BÚFALOS DA EUROPA – 1992/97 (*)

País	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Alemanha	93	924	2.131	1.036	9	0
França	0	254	486	201	27	0
Itália	0	0	0	0	23	0
Dinamarca	0	0	0	41	0	0
Suíça	0	0	0	0	6	0
Holanda	0	0	0	0	0	10
Bégica	0	0	14	0	0	0
Luxemburgo	0	0	19	0	0	0
Total	93	1.178	2.650	1.278	59	10

Fonte: Secex. *Não constam importações da UE após 1998.

in natura, os embarques aumentaram 25% e 13%, respectivamente, em quantidade e receita.

Nos produtos industrializados foi registrado encolhimento de 10,5% no volume e de 21% no valor – um desempenho irregular. Além disso, na UE o estoque é elevado e o consumo deverá permanecer reduzido.

Com a intenção de evitar suspeitas a respeito da probabilidade da incidência de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) em rebanho do país, o Ministério da Agricultura deverá rastrear 4.391 bovinos importados entre 1990 e 1994 da Europa. Essa decisão pode aumentar a credibilidade do Brasil quanto ao risco de abrigar a vaca louca. Sua classificação é de risco 2, junto com o Canadá e Estados Unidos; abre-se o ensejo de passar para a categoria 1, correspondente ao risco mínimo, onde estão Argentina e Nova Zelândia.

A Organização Mundial de Saúde mostra preocupação com as conseqüências econômicas e sociais que adviriam de uma disseminação extensa da doença.

O Comitê de Veterinários da UE aprovou a ampliação de testes para exame em 500 mil animais a partir de 1º de janeiro de 2001, com a opção de examinarem 6 a 7 milhões de animais de mais de 30 meses a partir de 1º de julho de 2001.

Os países mais pobres no entanto não podem seguir nesse caminho, pois não contam com meios técnicos para detectar o mal. A Tailândia e a Ucrânia, por exemplo, suspenderam as importações de produtos originários da UE.

Contenciosos comerciais

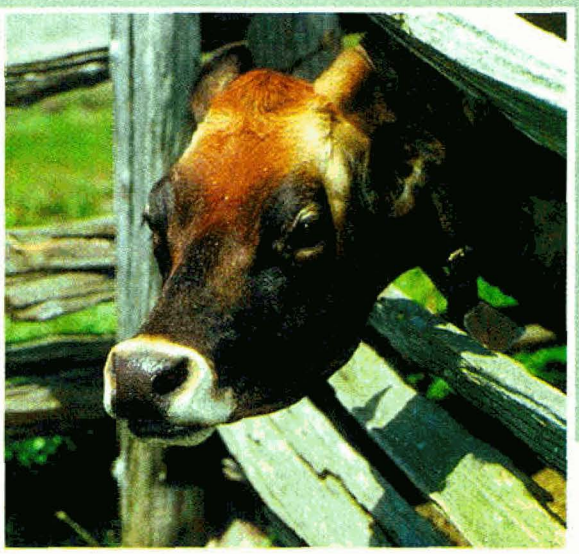
Os países adotam uma postura de defesa radical. Na condição de importante exportador mundial de carne bovina, o Brasil se vê diante de uma ameaça implacável. Defensores do livre comércio e da globalização, os países desenvolvidos criam dificuldades sem precedentes para a entrada do produto nacional.

O selo BSE Free está em uso no território brasileiro desde 1993. Mesmo assim, o Canadá tomou no início de fevereiro a decisão surpreendente de suspender em caráter provisório as compras de carne bovina cozida proveniente do país. A medida tem conseqüências drásticas: por força do Nafta (North American Free Trade Agreement), o México e os Estados Unidos adotam a mesma medida.

Esse contencioso é o primeiro relativo aos negócios brasileiros de carne bovina. Aparentemente não há motivo racional para uma postura tão dura do governo canadense. Fica no ar a dúvida: estará o Canadá pondo em prática seu direito de retaliação comercial, a pretexto do risco hipotético de estar importando carne contaminada? Os dois países estão ligados ao mercado internacional de aviões. O Canadá foi autorizado pela OMC a praticar retaliações contra o Brasil até 2003.

O surgimento do *scrapie* em ovelhas nos municípios de Candói e Agudo do Sul, no Paraná, joga lenha na fogueira. Os casos encontrados ocorreram em lotes de animais importados entre 1989 e 1990. Os animais foram sacrificados.

Diligente, o Ministério da Agricultura procede a um rastreamento mais amplo com base nos registros de animais importados em seus arquivos e na Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, em Bagé, no Rio Grande do Sul. A alegação é de que esses animais provêm de uma região dos Estados Unidos sem registros da paraplexia enzóica, termo clínico do *scrapie*.



Também as associações de gado bovino estão pesquisando seus arquivos para encontrar o paradeiro dos animais trazidos da Europa nos últimos 20 anos. O governo brasileiro argumenta que a criação no país é extensiva, sem a possibilidade de a doença contaminar os animais. Além disso, desde 1996 está proibido o emprego de farinha de ossos e de carne na alimentação das criações.

Rosnados e mugidos

Na crise da vaca louca virtual, não deveríamos reagir como cães raivosos

PEDRO EDUARDO DE FELÍCIO

NESTE MOMEnto grave em que o setor da carne está abalado pelas notícias da classificação GBR (Geographical BSE Risk) II – risco improvável, porém não excluído – da União Européia, e pelo bloqueio das exportações para a América do Norte, iniciado por uma decisão prepotente do governo canadense, parece oportuno esclarecer alguns pontos fundamentais para a compreensão do problema. Em primeiro lugar, a BSE, conhecida como doença da vaca louca, representa não somente prejuízos econômicos para qualquer país que venha registrar sua ocorrência, mas principalmente o risco de uma moléstia fatal em seres humanos, caracterizada pela perda de capacidade motora, demência e óbito, denominada doença de Creutzfeldt & Jakob (CJD). Esse risco para a saúde humana geralmente escapa das análises precipitadas e das declarações raivosas dos líderes do setor.

Compreende-se que eles se sintam ameaçados por medidas externas de impacto e imaginam que estão diante de inimigos terríveis que querem lhes tirar a perspectiva de lucros com as exportações. Não lhes ocorre, porém, aproveitar a oportunidade – lamentável, é bom que se diga – para tirar lições da crise, fazendo uma crítica da estrutura e funcionalidade do sistema brasileiro de garantia de qualidade dos alimentos. Como os interesses econômicos falam mais alto, cria-se uma versão oficial dos fatos e declara-se guerra ao suposto inimigo, quando na verdade o inimigo real está aqui mesmo, na nossa incapacidade para lidar com situações complexas como essa.

Inocente molécula

Em segundo lugar, o agente etiológico da BSE é inédito e de difícil compreensão até mesmo para os cientistas, que dirá, então, para ministros e assessores burocráticos. Talvez por isso mesmo, na Europa, alguns deles tiveram que renunciar a seus cargos e muitos estão sendo processados na Justiça por negligência.

Não se trata de uma bactéria ou vírus, ou de qualquer outro microorganismo vivo. Tudo indica tratar-se de uma inocente molécula de proteína do sistema nervoso central dos animais – codificada por um par de alelos já mapeado – que sofre uma alteração na sua estrutura terciária, aglomera-se formando placas, e torna-se capaz de modificar a conformação de outras de igual estrutura.

Para essas partículas protéicas infectantes, em 1982, o dr. Stanley Prusiner, da Universidade da Califórnia, que as descobriu a partir da doença *scrapie* das ovelhas, cunhou o nome "prion" (*prce on*). O príon seria o agente da *scrapie*, da BSE das vacas, e de outras encefalopatias espongiformes



transmissíveis em diversas espécies, inclusive a insônia congênita, o kuru e a nova variante CJD em humanos.

O príon é resistente aos sanitizantes comuns e à esterilização pelo calor. Diferentemente dos vírus, o príon não provoca reação de defesa inicial, tampouco a formação de anticorpos no organismo recém-infectado, não existindo chance de se desenvolver vacina contra ele.

Ninguém pode assegurar que os rebanhos estão livres da BSE só porque não há registro de ocorrências da moléstia num dado país. Como não existe um método diagnóstico da enfermidade em animais vivos, nunca se sabe se eles foram infectados ou não até que apareçam os primeiros sinais clínicos.

A doença pode estar sendo incubada por dois ou mais anos, como se estivesse preparando uma escaramuça para aqueles que se negam a lutar contra ela com a frieza da racionalidade. Fez isso na Suíça, Portugal, França, Espanha, Alemanha e finalmente na Itália; por que não faria no Brasil, que importou gado vivo desses países – mais de 4 mil cabeças – em anos críticos em que a doença já se manifestava, como ocorreu com as importações do Reino Unido e da França? Também veio muito gado da Alemanha, onde a BSE já estava incubada na ocasião.

Note-se que nas estimativas de GBR da União Européia, as duas faltas mais graves são as importações de animais e de farinha de carne e osso para ração. Felizmente não importamos a farinha, mas caímos na tentação de importar animais. E caímos tolamente, porque o fizemos com base numa justificativa no mínimo discutível, a de que o país precisava de material genético europeu para aumentar a produtividade dos rebanhos de gado zebu.

Vigilância ativa

Por último, um destaque para as fraquezas habituais dos sistemas de vigilância e inspeção sanitária de fora da alçada federal. Por certo, os burocratas, empresários e pecuaristas vão ficar esperando que uma vaca "deprimida e assustada" (prefiro essa expressão à "vaca louca") caia a seus pés, para só então tomarem as providências que deveriam ser preventivas, de vigilância ativa (fazendo amostragem de animais velhos), e não apenas de vigilância passiva, em que se analisam cérebros de animais suspeitos à procura de lesões.

Se vier a ocorrer um caso de BSE, tomarão providências em meio à costumeira confusão e disputas, para saber se devem ser da competência federal, estadual ou municipal. Que isso jamais aconteça, mas se por desgraça acontecer, o que dirão ao povo, que vai ficar pensando que foi enganado enquanto consumia derivados de carne contaminados com tecido nervoso central de procedência obscura, provavelmente não inspecionada, já que de 30 a 70% do gado abatido, conforme a região, não passa por inspeção sanitária digna desse nome.

Diante de tudo isso, não seria o caso de agradecer aos canadenses, que, apesar dos prejuízos causados à economia nacional, estão provocando o debate interno de uma questão que dificilmente seria discutida aqui, não fosse pelo embargo das exportações?

Dose cavalar

É claro que isso é um exagero, os canadenses administraram o remédio errado, na hora imprópria, e em dose cavalar. Deram o drible da vaca no nosso zagueiro, pegaram nosso goleiro distraído e marcaram um gol do meio da cancha. E ele precisa ser anulado porque o árbitro não havia entrado em campo.

Entretanto, você, leitor, que a essas alturas deve estar furioso com o time de caciques sem índios que representam o país nas questões sanitárias e de segurança alimentar, imagine-se apenas por um instante na condição de primeiro ministro ou presidente de um país que importa alimentos processados, derivados de carne. Imagine agora que você não tem os relatórios técnicos – que não foram fornecidos a contento e dentro do prazo pelo país exportador – necessários para oferecer garantias de saúde para o seu povo.

O que você faria? Correria o risco de futuramente ser processado judicialmente por negligência? Ou criaria a figura da "vaca louca virtual", uma imagem polêmica, porém de grande impacto? Não aproveitaria você a oportunidade de mostrar ao resto do mundo como você é durão quando trata de defender a saúde do seu povo e de seus rebanhos, para, quem sabe, melhorar a cotação de seus produtos no mercado internacional?

É preciso aproveitar a oportunidade para tirar lições da crise, fazendo uma crítica da estrutura e funcionalidade do sistema brasileiro de garantia de qualidade dos alimentos.

Agora não adianta esbravejar. Só nos resta levantar, sacudir a poeira, pensar as feridas, arrumar a casa e começar tudo de novo, porém, com humildade, pedindo desculpas aos empresários do setor, e dando explicações ao consumidor interno, que começa a achar que o Ministério ignora sua existência.

Com as minhas desculpas ao prezado leitor por colocar a situação dessa maneira um tanto diferente do estilo acadêmico usual, mas certas coisas só mudam quando mudamos a maneira de vê-las, ou, como se diz modernamente, é preciso mudar certos paradigmas que serviram bem em outras épocas, mas já não servem agora. Quem não entender isso está fadado a viver no passado.

Pedro Eduardo de Felício é médico veterinário, MS. em genética animal, Ph.D em produtos de origem animal e professor adjunto da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp.

E-mail: felicio@fea.unicamp.br

Risco negligenciável

As garantias fornecidas pelo governo brasileiro sobre os bovinos importados do Reino Unido são satisfatórias

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

DURANTE A última década, a epidemia de BSE registrada no Reino Unido e, subseqüentemente, em outros países europeus, causou enormes prejuízos ao setor pecuário, principalmente mediante a acentuada redução do consumo de carne bovina naquele continente.

O sistema de produção de leite e de carne bovina utilizado no Brasil é baseado, quase que exclusivamente, na criação e engorda de animais a pasto. A suplementação alimentar, quando ocorre, utiliza fontes de proteína de origem vegetal, tornando o país extremamente refratário ao surgimento e à manutenção da BSE em seu território.

Não obstante, desde o aparecimento da doença no Reino Unido, as autoridades sanitárias brasileiras preocuparam-se em evitar sua introdução no país, visando preservar o patrimônio pecuário brasileiro. Tal preocupação expressou-se na forma de medidas sanitárias que abrangeram, entre outras, a proibição da importação de animais e seus produtos originários de países onde a doença havia sido registrada, o seguimento dos animais importados de tais origens e a aplicação de restrições ao fornecimento de alimentos destinados aos ruminantes.

Criado a pasto

O rebanho brasileiro é composto por 153.058.275 bovinos, 834.922 bubalinos, 13.954.555 ovinos e 6.590.646 caprinos. A densidade de ruminantes por área utilizável para pastagem situa-se em 0,49 animais/ha. Pelas densidades supracitadas e considerando as condições territoriais e climáticas brasileiras, cerca de 99% do efetivo bovino nacional é criado em regime extensivo, a pasto, não se utilizando suplementos alimentares.

Os rebanhos de corte industriais incluem 20.234.485 bovinos, dos quais 1.555.000 são criados em sistemas intensivos de produção. Em 1999, foram produzidos aproximadamente 19 bilhões de litros de leite no Brasil. A produção variou entre 14,5 e 19 bilhões de litros entre 1990 e 1999. O rebanho de vacas leiteiras no Brasil é estimado em 13.722.613 cabeças e a média de produção desses animais é de 4,9 litros/vaca/dia, em 270 dias de lactação. Estima-se que existam cerca de 500 mil vacas com alta produção de leite nas bacias leiteiras do país. Esses animais, além do pasto, recebem suplementação alimentar vegetal e mineralização.

As matérias-primas mais utilizadas na suplementação alimentar de ruminantes são as de origem vegetal (principalmente farelo de soja, milho, trigo, arroz, sorgo, bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de colheitas, silagens diversas), muitas vezes associadas à uréia e acompanhadas de suplementação mineral. O custo de produção é mais baixo quando se usa a proteína vegetal, devido ao baixo preço das proteínas de origem vegetal em relação às de origem animal, à melhor qualidade sanitária e à maior conversão alimentar.

Portanto, mesmo antes de 1996, quando da publicação da Portaria Ministerial n.º 365, de 3 de julho de 1996 (que proibiu o uso na alimentação de ruminantes de proteína *in natura* e de farinhas de carne e ossos provenientes de ruminantes), revogada posteriormente pela Portaria Ministerial n.º 290, de 16 de julho de 1997 (que manteve as restrições estabelecidas pela Portaria n.º 365, à exceção das proteínas lácteas e farinhas de ossos obtidas por calcinação), a utilização de proteínas na alimentação de ruminantes era feita apenas usando-se matéria-prima vegetal.

Processo em lotes

Os subprodutos de origem animal (farinha de carne, farinha de carne e ossos e farinha de sangue), utilizados nas formulações de rações para cães, gatos, aves, suínos, peixes e outros organismos aquáticos, são obtidos através de um processo em lotes (não contínuo) que usa temperaturas de 140° Celsius, por um período de três a quatro horas.

As farinhas de carne e ossos são embaladas e rotuladas no próprio estabe-

lecimento industrial, encontrando-se vedada a embalagem em outro local. O processo de fabricação é acompanhado por profissional habilitado do Ministério da Agricultura e do Abastecimento ao longo de toda a linha de produção.

Para que possa ser comercializado, o produto necessita estar provido de rótulo devidamente aprovado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Não obstante, são observadas pelas indústrias as normas de boas práticas de fabricação (BPF) e exercida a fiscalização da produção pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Ampla abrangência

A defesa sanitária animal no Brasil conta com um sistema de vigilância que abrange todo o território nacional, sendo alimentado por uma grande variedade de fontes de informação, oficiais e privadas. Está composto por uma rede de 2.229 unidades locais de atenção veterinária que capta, recebe e processa as informações para, em seguida, analisá-las e utilizá-las, bem como enviá-las aos demais níveis hierárquicos. Compõem também essa rede de informação 284 unidades regionais, distribuídas no interior dos estados, que agrupam as unidades locais mencionadas inicialmente, 27 unidades centrais estaduais e uma unidade de vigilância sanitária nacional representada pelo Departamento de Defesa Animal – DDA/SDA/MA –, em Brasília. São 10.864 profissionais de nível superior e técnico treinados para a execução das atividades de defesa sanitária animal.

Destacam-se algumas das atividades desenvolvidas pelo sistema de vigilância epidemiológica para doenças exóticas: análise de risco nas importações de animais; material de multiplicação animal e produtos de origem animal; notificação, atendimento e investigação de episódios de doenças exóticas; campanhas educativas; vigilância de animais no campo; vigilância em plantas frigoríficas e matadouros; vigilância em pontos de concentração de animais; vigilância dos animais em trânsito; diagnóstico laboratorial (cinco unidades para diagnóstico de BSE).

Em 9 de dezembro de 1997, através da Portaria Ministerial n.º 516, o Brasil declarou-se livre de encefalopatia espongiforme bovina, de acordo com o que estabelece o Código Zoosanitário Internacional, e incluiu essa doença, assim como a paraplexia enzoótica dos ovinos, na relação de doenças passíveis de aplicação de medidas de defesa sanitária animal, tornando as mesmas de notificação obrigatória. Assim sendo, a BSE e a paraplexia enzoótica dos ovinos foram incluídas no sistema de vigilância da raiva animal, estabelecido desde 1976.

Quando da suspeita de raiva, uma vez coletado o encéfalo, esse é encaminhado a um dos laboratórios da rede de diagnóstico de raiva. Após exame para a raiva, o material que resulta negativo é encaminhado a um dos laboratórios de patologia autorizados pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento para a realização de diagnósticos diferenciais para a raiva, incluindo a BSE.

É importante salientar que, no Brasil, dada a ampla disseminação da raiva transmitida por morcegos hematófagos (*Desmodus rotundus*), é raro o não encaminhamento de material à rede de laboratórios de raiva quando da observância de sintomatologia nervosa em animais de produção. Até o presente não foram encontrados casos positivos de BSE no Brasil após a análise histopatológica de 2.904 bovinos com sintomatologia nervosa, no período de janeiro de 1990 a outubro de 2000.

Desde 1990 foram suspensas as importações de bovinos, caprinos e ruminantes silvestres do Reino Unido. As importações de ovinos do Reino Unido encontram-se igualmente proibidas desde 1985.

No período de 1980 a 1990 foi autorizada a importação de 280 bovinos do Reino Unido, mas efetivamente foram importados 258, sendo 79 no período de 1980 a 1988, 119 em 1989 e 60 em 1990. Em janeiro de 1991, médicos veterinários brasileiros estiveram no Reino Unido e constataram que em nenhum dos rebanhos, dos quais foram exportados animais para o Brasil, havia casos de BSE.

Os bovinos importados do Reino Unido no período de 1980 a 1988 pertenciam às raças south devon, normando e galloway.

Os bovinos importados do Reino Unido, em 1989 e 1990, eram das raças jersey e charolês, possuíam elevado valor genético e destinavam-se à reprodução. Suas idades na época da importação encontravam-se assim distribuídas: 82 bovinos de um a dois anos, 44 bovinos de três a quatro anos, 52 bovinos de cinco a seis anos e um bovino com idade superior a sete anos.

Não houve nenhuma sintomatologia compatível com BSE entre os animais importados. Considerando que as importações ocorreram entre 10 e 21 anos atrás (tempo consideravelmente mais longo do que o período médio de incubação da doença), a possibilidade de esses animais virem a ser acometidos por BSE é negligenciável. Não obstante, todos os animais importados, assim como seus descendentes vêm sendo acompanhados, inclusive com análises laboratoriais, pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Qualquer desses animais ao morrer passa por ampla investigação, inclusive laboratorial.

Nenhum deles integrou a cadeia

Para que possa ser comercializado, o produto necessita estar provido de rótulo devidamente aprovado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

de produção de farinhas, pois foram todos, sem exceção, necropsiados e enterrados nas respectivas propriedades.

Produção local

Desde 1980, todos os bovinos importados do Reino Unido destinaram-se à reprodução, morreram nas propriedades e nelas foram destruídos e enterrados, nunca tendo entrado na cadeia alimentar. A farinha de carne e ossos contendo proteína de ruminantes é exclusivamente produzida no país e utilizada apenas na alimentação de não ruminantes, o que se justifica por razões econômicas e de qualidade da proteína e, após 1996, por uma proibição oficial.

O processo de transformação dos subprodutos animais em farinha de carne e ossos é do tipo convencional (*batch process*); os bovinos que adoecem e morrem na propriedade (*fallen bovine stock*) não entram nunca na cadeia alimentar; o sistema de vigilância epidemiológica da raiva assegura a contínua realização de diagnósticos de BSE, distribuídos por todo o país. Não há registro de ocorrência da doença nas propriedades de origem dos animais importados.

O risco de que um ou mais bovinos infectados com BSE tenham sido introduzidos no Brasil e de que o agente da doença a tenha disseminado no sistema de criação de bovinos no país é considerado pelas autoridades sanitárias brasileiras como negligenciável.

Análise dos relatórios

Em 29 de junho de 2000, foi encaminhado relatório à Direção-Geral de Saúde e Proteção ao Consumidor da Comissão Européia, contendo informações relativas às encefalopatias espongiformes transmissíveis dos animais, objetivando servir de base à solicitação de reconhecimento pela União Européia da situação sanitária do rebanho brasileiro em relação à doença.

Posteriormente, em duas oportunidades (4 de dezembro de 2000 e 7 de janeiro de 2001), foram encaminhadas informações adicionais ao Grupo de Avaliação de Risco Geográfico de BSE (Grupo GBR) da Comissão Européia.

As informações disponibilizadas incluíram:

1. dados sobre a estrutura e dinâmica das populações de bovinos, ovinos e caprinos no Brasil, segundo regiões, finalidade (corte, leite);
2. dados sobre o comércio internacional de bovinos vivos, sêmen e embriões de bovinos estabelecido entre o Brasil e outros países;
3. dados sobre importações de farinhas de origem animal, de bovinos vivos, sêmen e embriões de bovinos estabelecidos entre o Brasil e terceiros países;
4. detalhes do monitoramento dos animais importados do Reino Unido e de outros países onde a BSE foi notificada;
5. produção e processamento de farinhas de carne, de carne e ossos e de ossos e de alimentos para animais;
6. regulamentação específica relativa às proibições de importação de materiais de risco para a doença, em ordem cronológica;
7. vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis, em especial a BSE e o *scrapie*, incluindo diagnósticos laboratoriais, treinamento de profissionais de campo e de laboratório.

O risco de que um ou mais bovinos infectados com BSE tenham sido introduzidos no Brasil e de que o agente da doença a tenha disseminado no sistema de criação de bovinos no país é considerado pelas autoridades sanitárias brasileiras como negligenciável.

O Grupo GBR considerou altamente satisfatórias as garantias fornecidas pelo governo brasileiro sobre os bovinos importados do Reino Unido, classificando o risco delas decorrente como "negligenciável".

Com base nas informações até o momento apresentadas, o Brasil foi classificado preliminarmente pelo Grupo GBR no nível de risco II, recomendando medidas adicionais quanto ao uso de ingredientes e controle de rações, vigilância ativa e monitoramento, as quais estão sendo regulamentadas através da Instrução Normativa n.º 6/2001.

Novas informações sobre o monitoramento de bovinos importados da Alemanha e da França, no período de 1980 até o presente, estão sendo elaboradas para envio ao Grupo GBR, objetivando a inclusão do Brasil entre os países com nível de risco I.



Luiz Carlos de Oliveira é Secretário de Defesa Agropecuária

Crescimento acelerado

Comparado a outros países, o setor de alimentos ainda engatinha no Brasil, mas promete crescer – e engordar

ELISABETE SALAY

O HÁBITO de comer fora de casa conquista cada vez mais adeptos nas grandes cidades, abocanhando grande parcela dos gastos alimentares. Aumento da renda, conveniência e ingresso da mulher no mercado de trabalho impulsionam essa mudança.

Dados do último Salão Internacional de Alimentação realizado em Paris apontam que se despende anualmente US$1.670 com refeições fora de casa no Japão, US$1.410 na Espanha, US$940 nos Estados Unidos, US$825 na Itália, US$770 na Inglaterra, US$490 na Alemanha e US$470 na França. Nos Estados Unidos o consumo alimentar fora do lar chega a 45,3% das despesas alimentares.

Expansão à vista

No Brasil, a parcela de gastos com alimentação fora de casa ainda é de 25,4% em média nas grandes metrópoles, segundo a última Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE.

Essa porcentagem tende a aumentar bem nos próximos anos, com a expansão que se esboça no setor dos serviços de alimentação.

Quais seriam as conseqüências desse crescimento para outros segmentos do sistema agroalimentar? Para o consumidor em especial, quais seriam seus prováveis impactos? Seria necessário mudar a política pública de proteção ao consumidor na área de alimentação?

Impacto concentrador

Foram observados elevados níveis de concentração em certos tipos de serviços de alimentação, como as cadeias de *fast food* nos Estados Unidos. Uma mudança no cardápio oferecido por uma rede específica de alimentação rápida pode ter um impacto imediato na produção agrícola.

Quando introduziu um novo tipo de pizza em 1995, a Pizza Hut adquiriu 50% da produção do país de um tipo específico de queijo, o *string cheese*. Essa rede usa 2,5% da produção de leite do país para seus queijos.

Seis por cento da produção norte-americana de óleo vegetal, 3,2% da de carne bovina e 2,5% da de batata são comprados somente pela rede McDonald's. Em 1990, quando o McDonald's, o Wendy's e o Burger King – as três maiores cadeias americanas de alimentação rápida



– trocaram a gordura de origem animal pelo óleo vegetal, devido à preocupação do consumidor com a saúde, a demanda de óleo vegetal aumentou 6%.

Não à uniformização de sabores

Em países europeus como a França, ainda é bem importante o número dos restaurantes independentes, mas as grandes cadeias têm crescido mais do que esses estabelecimentos.

De 1995 a 1999, as redes aumentaram seus negócios em 37,8%, e os independente em 9,9%. As grandes cadeias já representam 20% do volume de negócios dos restaurantes comerciais, possuindo apenas 3% dos estabelecimentos – 4 mil locais contra 160 mil estabelecimentos comerciais independentes, em 1999 – segundo dados do periódico L'Hôtellerie.

Os independentes acreditam, entretanto, que o segmento gastronômico tradicional vai manter-se no mercado, impedindo o monótono processo de "uniformização dos gostos" engendrado pela concentração.

Na Itália, o setor de serviços de alimentação também tem passado por transformações nos anos recentes, inclusive com o desenvolvimento de cadeias de alimentação rápida. Do volume de negócios no entanto, o *fast food* tipo italiano, como bares, pizzarias e casas de *panini*, representa 25% e o *fast food* estilo americano fica com somente 4%.

Isso se explica em parte pelo fato de que grande número dos bares (60%) começaram a fazer refeições simples e baratas. O sucesso da pizza é permanente, aparecendo no cardápio de 53% dos estabelecimentos. A *trattoria*, restaurante tradicional, entretanto, sofre uma regressão mais ou menos evidente, segundo a região do país.

Influência na agricultura

No Brasil, já se observa a concentração de certos ramos de serviços de alimentação.

Segundo estimativas citadas no Fórum Alimentação Terceiro Milênio realizado em São Paulo, aproximadamente 20 empresas distribuem mais de 70% das refeições institucionais – alimentação em indústrias, hospitais.

O segmento de alimentação comercial – restaurantes, bares, lanchonetes – é mais fragmentado no país.

A influência do setor de serviços de alimentação na produção agrícola brasileira deve se acentuar à medida que o segmento continuar a crescer, intensificando-se com o aumento da concentração.

Varejo X serviços

Visando entrar na briga pelo consumidor que busca conveniência e baixos preços nas redes de alimentação rápida, os supermercados norte-americanos desenvolveram refeições com características especiais. São refeições baratas, de boa qualidade, com prazo de validade de até uma semana sob refrigeração. Os pratos são variados e podem ser facilmente aquecidos na própria embalagem de venda em forno de microondas ou convencional. Os consumidores adquirem, portanto, alimentos frescos, com boa qualidade e informação nutricional.

Como os americanos freqüentam os varejistas em média 2,2 vezes por semana, a compra dessas refeições é conveniente. Desde 1992 a taxa de crescimento do gasto com esse tipo de refeição aumentou mais do que do gasto em *fast food* e restaurantes comerciais, de acordo com dados do Usda.

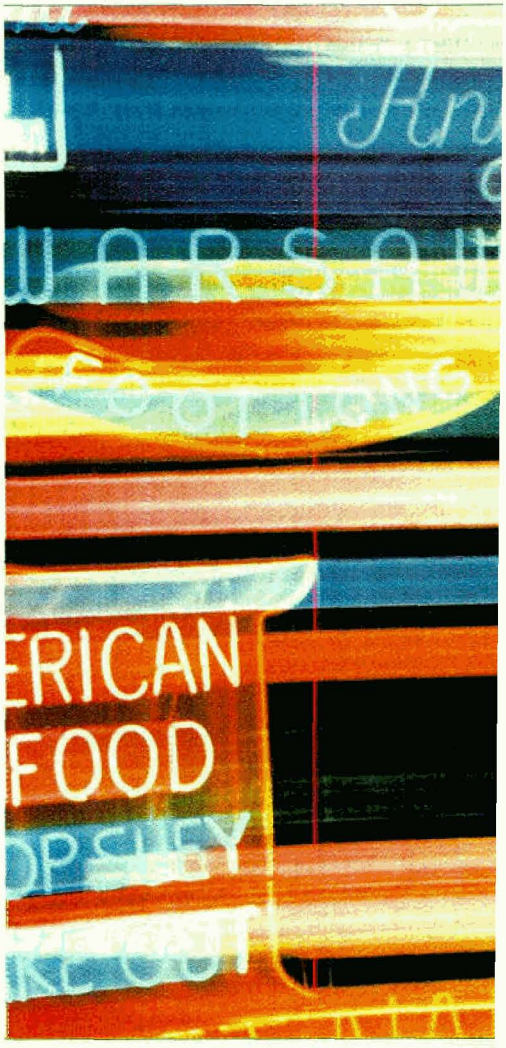
No Brasil, o setor de serviços de alimentação cresceu mais que o varejo alimentício. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, no período de 1994 a 1998, enquanto o varejo de alimentos crescia 51,1%, o segmento de serviços de alimentação se expandiu a uma taxa de 131,8%.

Não deve tardar o aparecimento de estratégias agressivas de conquista de consumidores pelos supermercados no mercado dessas refeições.

Regulamentações governamentais

A expansão do setor de serviços de alimentação pode colocar em questão as regulamentações alimentares de proteção e defesa dos consumidores. Atualmente o poder público normatiza as informações disponíveis nos rótulos alimentares – conteúdo nutricional, procedência, ingredientes, prazo de validade – mediante as quais os consumidores têm a liberdade de selecionar seus alimentos.

São elevados os níveis de concentração em certos tipos de serviços de alimentação, como as cadeias de fast food nos Estados Unidos. Uma mudança no cardápio oferecido por uma rede específica de alimentação rápida pode ter um impacto imediato na produção agrícola.



Algumas vezes esse tipo de informação é uma questão fundamental de saúde pública, considerando-se por exemplo indivíduos que sofram de alergias alimentares. Mas como o consumidor poderia realmente saber que tipo de alimento está comendo em restaurantes?

Normas francesas

Iniciativas nesse sentido têm partido do setor público e do privado. Na França, por exemplo, por ordem do Ministério da Educação Nacional, Pesquisa e Tecnologia, é necessário afixar nas cantinas escolares a procedência, tipo de processamento e composição (ingredientes e aditivos) dos alimentos.

As cantinas foram obrigadas a aplicar sistemas de controle de qualidade e programas de rastreabilidade.

Os restaurantes comerciais informam em seus cardápios alimentos com qualidade certificada, através de certificado de agricultura biológica e de origem controlada.

Iniciativas incipientes

No Brasil, alguns restaurantes comerciais apresentam o valor calórico dos pratos oferecidos. Essas iniciativas são incipientes, e o poder público, com certeza, terá que conceber formas inovadoras de regulamentação dos serviços de alimentação, visando disponibilizar informações que permitam ao consumidor selecionar um estabelecimento de acordo com a qualidade desejada sem que isso interfira na eficiência econômica das empresas.

Caberia também ao poder público verificar a eficácia das regulamentações já implementadas no setor, como a legislação sanitária e a inspeção dos estabelecimentos.

Apesar da Portaria do Ministério da Saúde para implementação de normas de Boas Práticas de Produção de Prestação de Serviços (BPPPS) e do sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), poucas empresas do setor, em especial as maiores, já o fizeram.

Registram-se com freqüência surtos alimentares em serviços de alimentação no Brasil.

A tendência à concentração em segmentos do setor requer cuidados redobrados com a qualidade sanitária dos alimentos, considerando-se que uma contaminação microbiológica pode acometer um grande número de pessoas, conforme ocorreu nos Estados Unidos através de hambúrguer contaminado pela *E. coli O157:H7* em 1993.

De 1995 a 1999, as redes européias de fast food aumentaram seus negócios em 37,8% e os independentes em 9,9%. As grandes cadeias já representam 20% do volume de negócios dos restaurantes comerciais, possuindo apenas 3% dos estabelecimentos.



Ações sociais

A expansão do setor de serviços de alimentação pode ainda incrementar o número de parceiros ou gestores de ações sociais. O Brasil já conhece essa experiência com o Programa Mesa São Paulo, coordenado pelo Sesc-SP.

Nos Estados Unidos aproximadamente nove de cada 10 restaurantes contribuem com ações sociais através da doação de recursos financeiros ou de alimentos ou da cessão de espaço.

A França apresenta outra experiência incipiente e diferente: reembolso das despesas em restaurantes pelo sistema público de saúde, para pessoas com necessidade de dietas alimentares específicas.

Valor nutricional

Uma outra questão a atentar é se o crescimento do setor de serviço de alimentação estaria relacionado ou não a uma melhoria do valor nutricional da alimentação.

Pesquisas mostram que a alimentação dos brasileiros nas grandes cidades é inadequada, consome-se um alto teor de gordura, gordura saturada e calorias e baixa quantidade de frutas e legumes.

No caso dos Estados Unidos, o Usda relata que o consumo fora do lar pouco melhorou a qualidade nutricional da dieta americana. Na verdade, a alimentação fora de casa nesse país contém grande quantidade de calorias, gordura e gordura saturada.

A expansão do setor de serviços de alimentação deve continuar em ritmo surpreendente no Brasil nos próximos anos. E não pode haver dúvida quanto à importância desse processo para o setor privado, o governo e os consumidores.

Elisabete Salay é professora livre-docente do Departamento de Planejamento Alimentar e Nutrição da Unicamp. E-mail: salay@fea.unicamp.br

Águias, pombas e avestruzes



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da ABAG e professor de economia rural da UNESP.*

O megaevento organizado pela Aliança Cooperativa Internacional e pela OCB no Rio de Janeiro em dezembro passado, com mais de 3 mil participantes de cerca de 78 países, mostrou uma dura realidade: o cooperativismo no mundo e no Brasil não reagiu homogeneamente às importantes mudanças determinadas pela globalidade econômica e pelo liberalismo comercial.

Tais fenômenos, empurrados pela impressionante rapidez das comunicações, exigiram adequações de todos os setores sociais e econômicos sob o signo da competitividade, em que qualidade de produtos e serviços, preços, custos de produção, tecnologia, produtividade, eficiência e marketing passaram a ser objetivos habituais.

Ocorre que esses objetivos só são alcançáveis quando há gerência competente, administração profissional e capaz, ágil e com visão global.

No caso das cooperativas de qualquer ramo, as exigências são ainda mais imperiosas, em função do modelo tradicional de administração conservadora em que as decisões são tomadas com lentidão e em função da agressão que sofrem por parte das empresas concorrentes.

As cooperativas que se deram conta dessa mudança de ambiente e conseqüente necessidade de adaptação modernizaram seus procedimentos e, sem perder de vista os valores e princípios da cooperação, cresceram no mercado de forma espetacular. Transformaram-se em verdadeiras *águias* comerciais, usando todos os mecanismos conhecidos no mercado capitalista para melhorar seus serviços aos associados.

É o caso das cooperativas de seguro dos Estados Unidos e do Japão, das cooperativas de grãos do Canadá, de leite da Dinamarca e Nova Zelândia, das cooperativas de consumo da Suécia, Finlândia e Noruega (hoje unidas em *joint ventures* como verdadeiras transnacionais), dos bancos cooperativos da França, Holanda, Alemanha, das cooperativas de cana da Austrália, de trabalho da Itália e da Espanha.

Muito bem administradas, estão combatendo a exclusão social em seus países, gerando empregos e assim defendendo a democracia e a paz. Como tal se constituem em *pombas* mensageiras da tranqüilidade social e do progresso coletivo, merecendo o apoio de governos preocupados com a estabilidade socioeconômica e com a organização da sociedade.

Mas em muitos países o cooperativismo continua estacionário. Os discursos em defesa da doutrina são formidáveis, mas não se dão passos concretos na direção da modernização da gerência. Os líderes ficam reclamando do governo, queixando-se da concorrência, da difamação a que são submetidos, dos cooperados que não aparecem, dos maus funcionários, de seus representantes nos legislativos, das suas sogras e do clima.

E nada fazem. Não cuidam de fusões e incorporações para reduzir custos e aumentar seu poder de barganha. Não estruturam suas gestões em termos empresariais. Não investem em marketing, não trombeteiam a beleza da diferença cooperativa. Não treinam seus recursos humanos nem fazem alianças estratégicas e gastam tempo e dinheiro em seminários e congressos com excelentes teses, belas conclusões e poucas ações.

Nesse caso, as cooperativas ficam de *avestruz*, a cabeça no buraco, com as vergonhas expostas.

No Brasil temos de tudo: águias, pombas e avestruzes.

É bem verdade que nos falta uma legislação adequada, o que marginaliza as cooperativas de trabalho, de crédito, de turismo e impede o nascimento das cooperativas de seguro.

Mas os dirigentes precisam sair do discurso e ir para a ação executiva logo, logo. E aí nosso movimento prestará extraordinários serviços a todas as categorias econômicas do país, como acontece em todo o mundo. O potencial do cooperativismo brasileiro é formidável.

Caso isso não ocorra, assistiremos ao naufrágio de muito mais cooperativas do que se pode imaginar.

AGRISHOW® 2001

● futuro da sua cultura está aqui. Não perca este show de tecnologia.



Cia. de Idéias

Fotos cedidas pela revista Panorama Rural - Fotógrafo Ari Ribeiro

ATRAÇÃO ESPECIAL
AGRISHOW PASTAGEM E FENAÇÃO
2ª FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA APLICADA À NUTRIÇÃO E MANEJO ANIMAL

De 30 de Abril a 05 de Maio de 2001

Local: Núcleo de Agronomia da Alta Mogiana do Instituto Agronômico IAC - Ribeirão Preto / SP - Brasil

REALIZADORES: ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB
CO - REALIZADORES: ABC - ABRASEM - ACI - ACIRP - AEASP - ANDEF - FAESP - MAA - OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS
APOIO: BNDES/FINAME - ESALQ/USP - FINEP - IAC - UNESP JABOTICABAL

TRANSPORTADORA OFICIAL: VARIG Brasil

PATROCINADORES: BANCO DO BRASIL · banespa · Bradesco

Av. Jabaquara, 2925 / 4º andar CEP: 04045-902 São Paulo - SP - Tel.: (11) 5582- 6421 E- mail: agrishow@abimaq.org.br


Tópico: Diversidade
INDIVIDUALMENTE
ELAS SÃO
ESPECIAIS.
JUNTAS,
PODEM SER
ESPETACULARES.
Na natureza, duas coisas não são exatamente iguais. O mesmo se aplica às pessoas. Cada uma é única em conhecimento. Cultura. E experiência. Na Monsanto, acreditamos na riqueza da diversidade. Todos os dias, interagimos com pessoas não só de diferentes origens, mas também de diferentes áreas. Como agricultura, medicina e nutrição. Pois sabemos que, juntando nossas capacidades, podemos criar uma empresa com resultados espetaculares.
MONSANTO
Alimento • Saúde • Esperança™